



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 141 NÚMERO 3079 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
JUNHO 2020 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Sérgio Dias Branco

Pertence à Ordem Dominicana, é professor universitário e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Considera que a luta pelas grandes transformações sociais teve e tem a participação dos católicos progressistas que vêem na religião que professam mais um espaço de intervenção. **págs. 6 e 7**



Photo by Vita Marija Murenaite

ASSOCIATIVISMO

O pulmão da cidade

O formigueiro de sorrisos que enche as ruas de Lisboa durante o mês de junho é resultado do esforço daqueles que durante boa parte do ano se dedicam, através do associativismo, à preparação das festas. As centenas

de coletividades que juntam as mais diversas expressões desportivas, culturais e recreativas em diversos bairros da cidade são os pulmões da alegria que este ano não respiram na cidade. **pág. 11**

A VOZ DO OPERÁRIO

Regresso da creche e pré-escolar

Depois de dois meses e meio de confinamento, centenas de crianças retomaram as atividades n'A Voz do Operário com a implementação das medidas recomendadas pela Direção-Geral da Saúde. **pág. 5**



CGTP convoca semana de luta

O Conselho Nacional da CGTP-IN reuniu n'A Voz do Operário e aprovou uma semana de luta, que vai decorrer de 22 a 26 de junho, com plenários, concentrações, marchas, greves e tribunas públicas em todos os setores e regiões do país. Estas ações de protesto nos locais de trabalho e na rua têm o objetivo de defender a saúde e os direitos dos trabalhadores. **pág. 19**



Novo Banco: buraco sem fundo

Em plena crise, a administração distribuiu prémios entre si. Agora, depois de o Estado português ter injetado mais 850 milhões de euros na instituição financeira privada, a norte-americana Lone Star, proprietária de 75% do capital social, estaria a sondar bancos de investimento para dar início ao processo de procura de um comprador. **pág. 20**



George Floyd: I can't breathe

O assassinato do afro-americano George Floyd às mãos da polícia em Minneapolis foi o rastilho para os massivos protestos que percorrem os Estados Unidos contra o racismo. Este novo caso de violência policial deixa a nu o carácter estrutural do racismo na história de um país onde milhões lutam contra todo o tipo de discriminações e pela justiça social. **pág. 22**

Retorno à normalidade e novo ano letivo

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

No dia 1 de junho, por sinal dia internacional da criança, foi dado mais um passo no regresso à atividade normal da Voz do Operário, tendo a valência pré-escolar retomado a sua atividade presencial, acompanhando assim a Creche, cujas crianças também regressaram aos equipamentos da Voz do Operário a partir de 18 de maio.

Quanto ao 1º ciclo e 2º ciclo, vão terminar o ano letivo nos atuais moldes de ensino acompanhado à distância, esperando-se que o próximo ano letivo se possa iniciar já com a presença dos alunos nos respetivos equipamentos educativos.

A Voz do Operário tomou uma série de medidas com vista ao desenvolvimento de condições de segurança sanitária para as crianças e os trabalhadores, sendo que no caso da comunidade que envolve a Voz do Operário não tivemos, felizmente, notícia de nenhuma situação mais preocupante.

Mesmo quando os equipamentos educativos estiveram encerrados, procurámos garantir que as nossas crianças, nos vários níveis de ensino, não ficassem desacompanhadas. Nesse sentido, foram implementadas estratégias tendo em vista o apoio às famílias e o acompanhamento dos alunos através da apresentação de propostas de trabalho, tarefas, etc. procurando reproduzir tanto quanto possível as dinâmicas de sala e tentando garantir que o percurso e progresso de cada criança na construção individual do currículo ficasse o menos possível prejudicada.

Recorde-se que as valências de apoio domiciliário e refeitório social mantiveram a sua atividade normal durante todo este período, ao mesmo tempo que aos utentes do Centro de Convívio, que deixaram de poder frequentar as instalações da Voz do Operário, foi-lhes facultada a refeição nas suas residências.

Importa aqui enaltecer o papel dos trabalhadores da Voz do Operário, designadamente os que mantiveram a sua atividade presencial e os que mesmo à distância acompanharam as nossas crianças, com grande afeto e qualidades pedagógicas, patenteando todos uma grande dedicação e empenho, totalmente imbuídos no espírito da Voz do Operário.

Também as atividades associativas es-

tão em fase de desconfinamento, sendo que vamos mantendo os sócios informados relativamente à sua reabertura paulatina, naturalmente dentro dos condicionamentos a cada momento existentes e acautelando os cuidados sanitários que vão sendo aconselhados.

A Assembleia Geral que havia sido adiada devido à pandemia da Covid19, foi agora reagendada para o próximo dia 25, na qual vamos submeter aos sócios o Relatório de Atividade e as Contas de 2019, bem como debater a situação atual e as perspetivas para o próximo futuro.

Apelamos aos sócios que participem na Assembleia, local privilegiado para se inteirmos da situação da Voz do Operário e dar o seu contributo com vista à sua atividade futura.

Por outro lado, estão em curso em inscrições para o próximo ano letivo, sendo que as mesmas decorrem a bom ritmo, havendo já algumas valências esgotadas e com fila de espera. Todavia, outras há em que ainda existem vagas, pelo que apelamos aos sócios e a todos que tenham crianças, que verifiquem se têm lugar e as inscrevam na Voz do Operário.

Apesar das atuais contingências e também por causa delas, a preparação do novo ano letivo reveste-se de uma importância a crescer, com todo o trabalho preparatório, desde os aspetos pedagógicos à afetação de meios, incluindo os novos procedimentos sanitários, de molde a que tudo esteja pronto para um bom arranque e para que o ano letivo se possa desenrolar com todo o êxito.

Importa reafirmar que o projeto educativo da Voz do Operário assenta na construção de uma escola democrática em que a perspetiva sociocultural da educação assume cada vez mais um papel de referência e destaque, designadamente na aceitação generalizada de uma visão dos processos escolares de ensino e aprendizagem apoiada nas teorias socioconstrutivistas, em que a construção do conhecimento é concebida como um processo de co-construção, com um carácter intrinsecamente social, interpe-sonal e comunicativo.

Deste modo, a construção do conhecimento é entendida como um processo de interação social compartilhado entre os diferentes atores, onde a sala de aula é um meio privilegiado para a participação dos alunos em práticas culturalmente organizadas com ferramentas e conteúdos culturais.

EDITORIAL

Desconfinar a luta

Chega o verão e o calor. Depois de dois meses e meio, chegam as crianças às creches e pré-escolar dos espaços educativos d'A Voz do Operário. Eram muitas as saudades de uma aprendizagem que até hoje sempre se fez a partir da interação e que esteve confinada às webcams nos últimos tempos. Com todos os cuidados, alunos, pais, educadores e auxiliares tratam de devolver uma parte da normalidade a este processo.

Passo a passo, entre o medo e a esperança, a humanidade trata de superar a pandemia como pode servindo os trabalhadores, como quase sempre, de carne para canhão. Os grupos económicos e financeiros exigem a reabertura da economia e estalam as contradições. Transportes públicos a abarrotar, locais de trabalho sem segurança mas é aos protestos de quem trabalha que se apontam dedos. Querem-nos desconfinados mas calados. No desemprego ou com cortes nos salários mas calados. A olhar para a distribuição de dividendos na Galp e na EDP mas calados. A ver o nosso dinheiro financiar o buraco do Novo Banco mas calados. Sempre calados.

Enquanto assiste a um espetáculo com milhares de espetadores na plateia, o Presidente da República não sente qualquer pudor em criticar as comemorações do 1.º de Maio. Como sempre, quem critica os protestos fecha os olhos às razões que levam as pessoas a protestar. Perante a passividade do governo, inclinado desde o primeiro momento para se posicionar na defesa dos interesses das grandes empresas e dos bancos, os trabalhadores e as populações não têm outra opção senão transformar o medo em coragem e o presente em luta. Os protestos não são atos de irresponsabilidade. São a afirmação categórica de que não vamos deixar que falte comida aos nossos filhos sem romper o silêncio.

Que os digam os norte-americanos que, apesar da gestão absolutamente criminosa da pandemia por parte do governo, encheram as ruas de todo o país num mar de revolta contra o assassinato de George Floyd às mãos da polícia. A enésima morte de um negro com motivação racial mostra como estruturalmente o sistema capitalista precisa do racismo para aprofundar a exploração e a divisão dos trabalhadores.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Bruno Amaral de Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



APOIO SOCIAL

Virar costas ao medo para ajudar os mais idosos



Trabalhadoras do apoio domiciliário do Laranjeiro, em serviço.

Há cerca de dois meses e meio que os mais idosos enfrentam o medo de uma pandemia que impôs o isolamento a uma camada da população que já vivia sob o signo da solidão. No Laranjeiro, A Voz do Operário rompe o silêncio com o serviço de apoio domiciliário.

Raquel Baltazar é psicóloga e coordena o apoio domiciliário d'A Voz do Operário no Laranjeiro, um serviço que conta com três funcionárias. Duas delas têm estado durante os últimos dois meses e meio na linha da frente. Protegidas com máscaras, luvas e desinfetante, garantem que não falta higiene e alimentação a nenhum dos idosos apoiados pela instituição. A coordenadora deste serviço descreve o

trabalho que estas mulheres desempenham todos os dias úteis, das 8 às 16 horas, rompendo o isolamento em tempos de quarentena como um quebra-gelo que abre caminho à solidariedade e ao afeto.

As diferentes necessidades de cada utente são avaliadas e cada um deles é distribuído numa escala que inclui higiene pessoal e habitacional, alimentação e tratamento da roupa. As ajudantes familia-

res, funcionárias d'A Voz do Operário, distribuem os almoços com uma carrinha estabelecendo zonas de proximidade. "A volta começa às 12 horas e é feita sempre da mesma forma para haver uma rotina nas refeições", sublinha Raquel Baltazar.

Desde que começou a pandemia, o isolamento e a necessidade de regras mais apertadas de higiene e segurança veio alterar o modo de trabalho no serviço de apoio domiciliário. A psicóloga explica que a comida dantes era servida nas marmitas d'A Voz do Operário e que agora é levada dentro de material descartável. "As ajudantes familiares não entram em casa por causa da covid-19".

Munidas de bata, avental, máscara, viseira e luvas, para além de desinfetante, procuram proteger os utentes e proteger-se num serviço que é essencial junto de uma camada da população mais fragilizada neste contexto de crise sanitária. Apesar de todos os cuidados, Raquel Baltazar reconhece que houve utentes que suspenderam o serviço devido à pandemia e deu o exemplo de um casal que recebia alimentação e cuidados de higiene por parte d'A Voz do Operário mas ficou ao cuidado do filho.

Mas se é verdade que os receios naturais dos mais idosos cresceu com a pandemia também houve pedidos de ajuda. "Uma senhora para higiene e um casal para alimentação deram entrada durante este período", refere a psicóloga que faz um retrato geral dos utentes deste serviço. "A maioria é acamada. Por si só, não saem de casa e a maior parte deles costuma ter alguém com eles. Havia receio das famílias por causa da doença, apesar de todos os nossos cuidados. Mas é normal. Há sempre famílias que ficam reticentes".

Naturalmente, este não é um receio alheio à sociedade em geral. As próprias ajudantes familiares tiveram algum receio no princípio, mesmo com materiais de proteção, quando tudo era ainda mais incerto e desconhecido. Ainda assim, viraram costas ao medo. "A firmeza destas ajudantes familiares foi muito importante para a instituição e para os utentes", considera Raquel Baltazar. Passados dois meses e meio, as medidas de segurança são as mesmas. "O receio já não é tão evidente. Começaram a perceber como é que era melhor para elas e para os utentes sabendo que não querem ficar doentes nem querem contagiar ninguém".

Para a psicóloga d'A Voz do Operário no Laranjeiro, a alegria contagiante destas funcionárias é outra arma fundamental para derrotar o medo e o isolamento. "Elas são pessoas muito animadas, muito bem dispostas, e têm muito influencia nos utentes. Os utentes já reagem da mesma forma brincalhona. Se calhar neste período do confinamento acaba por ter um impacto diferente e haver alguma descontração é importante".

Este é um serviço imprescindível neste contexto, considera. "Para os nossos utentes é primordial. Por causa da higiene e da alimentação. Muitos não cozinham e nós continuamos a garantir necessidades básicas, independentemente da situação".

INSTITUCIONAL

Doe 0,5% do IRS à Voz!



Para tal, basta assinalar o **campo 11** e preencher com o NIF **500 259 518**.

Este apoio não tem qualquer custo.

O valor pago de IVA também pode ser consignado.

Ajudar assim não custa

avozdooperario.pt

facebook.com/avozdooperario

t.21 886 2155



COMUNIDADE



Pensar e sentir em comunidade

Tatiana Ferreira, psicóloga do espaço educ. da Graça

De um dia para o outro passámos a fazer tudo através de um ecrã: trabalhamos, temos aulas, fazemos compras, conversamos com a família e os amigos, assistimos a concertos, tudo online. Chega a ser irónico pensar que, há dois meses, acompanhava um projeto de uns alunos do 4ºA sobre o uso excessivo de ecrãs e do prejuízo destes para a nossa saúde e, de um dia para o outro, esse trabalho, para ser concluído, passa a ser também ele através de um ecrã.

Reinventá-mo-nos tentando não esquecer os princípios que nos norteiam e que têm uma razão de ser.

Pela internet, a janela do nosso confinamento, fomos invadidos por uma onda gigante de manuais, cursos online, podcasts sobre como viver a quarentena como se fôssemos incapazes de tomar conta de nós,

das nossas vidas, dos nossos filhos. Foi difícil não cair nesta tentação de enviar atividades para lidar com as emoções, dicas sobre rotinas, quando o mundo nos pedia, numa lógica transmissiva e sem comunicação possível, completamente contrária ao que acreditamos, que o fizéssemos. Não o fizemos. A nossa preocupação foi e será sempre a de manter uma comunidade unida, reforçar um coletivo que se suporta e se constrói em conjunto, mesmo na adversidade. Mas como o fazer?

Continuar a estar... como sempre.

Apoiar não é transportar ao colo mas, confiando que todos somos capazes de buscar soluções para as nossas dificuldades, acreditamos que, em conjunto, conseguimos melhor. Confiar que todos somos capazes não significa desamparar nem perder os laços já criados.

Acreditamos em criar condições, às vezes invisíveis a olho nu, para que a comunidade se (re)construa melhor.

Disponibilizar. Dizer que estamos cá, na hora que precisarem, disponíveis para todas as famílias, disponibilizando contactos, desde o início do confinamento, e reforçando-o ao longo deste período, para que quem quisesse pudesse procurar-nos.

Estar presente. junto dos educadores e professores para que também estes fizessem a ponte quando achassem necessário e nos chegassem as suas preocupações e necessidades.

Respeitar. Mantendo o mesmo cuidado e respeito pelo tempo e necessidades de cada criança, de cada família, de cada membro da nossa comunidade.

Empoderar. Promovendo momentos de reflexão entre famílias construindo em conjunto o conhecimento, procurando estratégias, fortalecendo o saber de todos.

Pertencer. Desenvolver o sentimento de pertença a uma comunidade onde, como em qualquer comunidade, eu cuido e sou cuidado.

No entanto, inquietou-nos: se somos um coletivo como fazer para não nos findarmos na resposta individual?

Se na nossa escola presencial, onde permanentemente derrubamos muros e portas, a partilha é facilitada pela liberdade e autonomia de entrar numa sala e lançar uma proposta no diário, em tempos em que a nossa saúde mental se fragiliza era premente que esta partilha passasse dos ecrãs individuais e chegasse a um ecrã coletivo. Fazia falta um espaço onde pudéssemos reunir produtos culturais, reflexões e produção de conhecimento, centrado na promoção do desenvolvimento, no bem-estar e da saúde mental. Fazia falta um espaço nosso, comunitário. Surgiu, então, a ideia de criarmos um acervo vivo, disponível para toda a comunidade, para que em conjunto possamos partilhar, aceder e construir conhecimento.

Nasceu assim, durante a quarentena mas com o objetivo de se manter e crescer, o site **Pensar e Sentir em Comunidade***, um projeto do Gabinete de Psicologia do Espaço Educativo da Graça que pretende partilhar com toda a comunidade como cuidamos, em comunidade, da nossa saúde mental. Afinal, nós somos o coletivo.

Pode consultar Pensar e Sentir em Comunidade através do Link: <https://sites.google.com/vozoperario.pt/pensaresentiremcomunidade>

INSTITUCIONAL



ESCOLAS

A Creche e o Pré-Escolar estão de regresso



No dia 18 de maio, a creche do Espaço Educativo d'A Voz do Operário, na Graça, reabriu as suas portas, respeitando as normas estabelecidas pela Direção-Geral da Saúde. O número de crianças era, ainda, reduzido, contudo, as famílias têm procurado a equipa pedagógica para esclarecer dúvidas e repensar o regresso do seu educando. Neste regresso, que se revestia de alguma ansiedade, surgia a necessidade de respeitar uma nova rotina para todos: o reforço dos procedimentos de higienização e a continuidade do contato diário com as famílias, que, agora, não entravam no espaço da creche. Impunha-se, assim, a necessidade, de respeitar esta rotina sem descuidar os princípios pedagógicos que orientam a equipa.

As crianças do ensino pré-escolar regressaram no dia 1 de junho, também no atual processo de desconfinamento gradual. Com 147 crianças no total, são já 110 as crian-

ças que voltaram a fazer parte do dia-a-dia deste nível de ensino. São ainda muitos os pais que estão em layoff e, nesse sentido, preferem mantê-las em casa para já.

A relação com as famílias mantém-se suportada pelas redes sociais, pelos contactos telefónicos e pelos e-mails. A continuidade do contacto diário com as famílias muito tem contribuído para a construção de um caminho de parceria entre a família e a escola e para a dissipação dos receios das mesmas. Numa fase inicial, estes receios relacionavam-se com a incerteza do modo de funcionamento da creche e do pré-escolar. Numa creche e num pré-escolar que se faz de relações e que se funda na comunicação, o distanciamento social que estava a ser imposto trazia ansiedade às famílias. Ao compreenderem que a equipa pedagógica estava a unir esforços para que os seus princípios pedagógicos não

fossem descuidados, as famílias começaram a depositar uma confiança crescente na escola.

O distanciamento social entre as crianças e entre os adultos e as crianças não é praticado, uma vez que é através das interações que as aprendizagens se constroem. As máscaras transparentes utilizadas pela equipa têm facilitado estas interações, visto que permitem que as crianças vejam os rostos dos adultos e reconheçam as suas expressões. Adotam-se, contudo, algumas medidas de prevenção, como o reforço de todos os procedimentos de higienização. A participação das crianças nestes procedimentos tem sido uma dinâmica bastante apreciada pelas mesmas. Não obstante, as atividades mais procuradas são as de livre exploração, nas quais as crianças procuram interagir entre si.

No que aos procedimentos diz respeito, importa, ainda, frisar, que as crianças na creche entram descalças, calçando uns sapatos para uso exclusivo dentro d'A Voz que são desinfetados sempre que mudam de espaço. No pré-escolar desinfetam os sapatos sempre que entram no edifício e mudam de espaço. É medida a temperatura ao familiar e à criança e as mãos são devidamente higienizadas. Ao longo do dia, as crianças desinfetam as mãos com regularidade. Os espaços e percursos para as famílias estão devidamente assinalados, sendo o uso de máscara obrigatório dentro do edifício da Voz do Operário. Já as crianças estão organizadas de acordo com os seus grupos de referência, evitando o cruzamento entre os mesmos e a utilização de espaços comuns. Os próprios tempos estão organizados de forma a tentar que não haja cruzamento com outras salas no recreio ou no refeitório.

O facto é que as crianças voltaram felizes e motivadas. Durante o período de confinamento, de acordo com muitos pais, sentiram a falta dos colegas e dos educadores e auxiliares. Nota-se pela proximidade e pelo tacto. Conscientes da dinâmica dos tempos que vivemos, chegaram já com muitos hábitos de higiene e prontas para retomar, agora n'A Voz, a construção de uma aprendizagem que se faz em coletivo.

INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE



A VOZ DO OPERÁRIO

Sociedade de Instrução e Beneficência

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do art.º 31.º, ponto 32, alínea a), convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Ordinária, no próximo **25 de junho, às 18 horas**, na sede da instituição, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do relatório e contas 2019;
2. Diversos.

Nota: Se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiver presente o número legal de sócios, a Assembleia iniciar-se-á uma hora depois, de acordo com o disposto no art.º 33, ponto 1, dos Estatutos.

Lisboa, 11 de maio de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Libério Domingues



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa

Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa

T. 218 861 649 E 218 875 213 TM. 919 311 363

SÉRGIO DIAS BRANCO

“A solidariedade é um instrumento de transformação social”

Católico, Sérgio Dias Branco pertence à Ordem Dominicana e tem colaborado com várias iniciativas da Liga Operária Católica - Movimento dos Trabalhadores Cristãos e da Juventude Operária Católica. O professor universitário e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN considera que, como reflexo da sociedade, a luta de classes dentro da Igreja é uma evidência. A luta pelas grandes transformações sociais, teve e tem a participação dos católicos progressistas que vêm na religião que professam mais um espaço de intervenção.



Sérgio Dias Branco

Bruno Amaral de Carvalho

A pandemia tem graves consequências económicas e sociais. Como podem os católicos intervir neste contexto?

Devem, antes de mais, abrir os olhos. Ver quem está a sofrer mais: os mais idosos e desprotegidos, quem necessita de acompanhamento e assistência, os desempregados, os trabalhadores com vínculos precários. A pandemia aprofundou a natureza exploradora e desigual de uma “economia que mata”, na expressão do Papa Francisco. As medidas implementadas em Portugal não resolveram este desequilíbrio. O lay-off simplificado beneficiou grandes empresas que distribuem dividendos e registaram lucros de milhões de euros nos anos anteriores, em vez de pequenas empresas e dos seus trabalhadores que realmente precisavam desses apoios. É sobre esta realidade que os católicos podem intervir. Os católicos não participam

na Missa para receber, mas para dar, para ser enviados ao serviço do próximo e do bem comum. Fazem-no de diversas formas, porque infelizmente não faltam urgências e problemas. É certo que as pessoas precisam de respostas imediatas, por exemplo para se alimentarem. Mas o objectivo deve ser assegurar o que lhes é devido e digno, com justiça social, distribuição da riqueza, e respeito pela sustentabilidade dos recursos naturais.

Certos setores tentaram virar a igreja contra os sindicatos usando como pretexto realização do 1.º de Maio e a não realização do 13 de Maio com a presença de fiéis. Foi uma manobra conseguida?

Foram sectores reduzidíssimos e pouco representativos na Igreja Católica que tentaram criar fissuras sociais e gerar ódios através de polémicas artificiais. Essa instrumentalização política não surtiu efeito, até porque colocou a Igreja de um lado e o resto da socie-

dade de outro, como se houvesse um ataque à liberdade religiosa. Mas foi a Igreja que decidiu suspender a celebração comunitária das Missas e celebrar o 13 de Maio sem peregrinos, por considerar que o Santuário podia ser um foco de contágio, com a massa de gente que costuma acorrer e sem ter critério comunitário para a limitar. A Conferência Episcopal Portuguesa foi conversando com as autoridades com grande sentido de responsabilidade. Falar do 1.º de Maio como algo “deles”, ao contrário das celebrações religiosas que seriam algo “nosso”, é traçar fronteiras que a vida em sociedade desmente e a Doutrina Social da Igreja contesta. O 1.º de Maio nem sequer é estranho aos católicos, porque é celebrado como o dia de São José Operário. As iniciativas do Dia do Trabalhador foram organizadas pela CGTP-IN, que conta com muitos católicos, em dezenas de localidades, dando voz à luta dos trabalhadores. Foi uma demonstração de civismo, com algo de didático em relação às orientações sociais em defesa da saúde pública, e o exercício que direitos democráticos que se tornaram vitais devido à pandemia.

Católicos progressistas ligados à Acção Católica, à Liga Operária Católica (LOC) e à Juventude Operária Católica (JOC) uniram-se aos comunistas para fundar a Intersindical. Qual é o retrato das organizações e movimentos católicos portugueses na atualidade?

Há movimentos com focos diferentes e um envolvimento intenso da juventude. A JOC é exemplo disso, assumindo um caminho de libertação no mundo do trabalho. No ano passado estive com eles em Coimbra no 1.º de Maio, numa sessão sobre a importância dos sindicatos seguida de participação na manifestação. Tem havido uma presença contínua de quadros sindicais de muito valor nas estruturas da CGTP-IN, vindos da Liga Operária Católica - Movimento de Trabalhadores Cristãos (LOC-MTC, como agora se chama). Há também intervenções concretas de grupos militantes de base sobre problemas laborais em diversas dioceses. Com certeza que haverá mais e melhor a fazer, mas estas são linhas de força.

É possível a convergência entre católicos e organizações progressistas e revolucionárias?

É. Tem sido. Falámos na CGTP-IN, mas o MUD no período fascista é outro exemplo. Na América Latina, em particular, há diversas organizações que correspondem a essa convergência: como os Cristãos pelo Socialismo, com origem no Chile da unidade popular encabeçada por Salvador Allende. Para além dos casos individuais de convergência como o padre catalão Luis Espinal Camps na Bolívia, defensor dos mineiros pobres, ou os frades dominicanos de São Paulo como Frei Betto e Frei Tito, presos e torturados durante a Ditadura Militar no Brasil.

A solidariedade pode ser um instrumento de transformação social?

É um instrumento de transformação social fundamental. A solidariedade entre trabalhadores construída no movimento sindical unitário é uma forma de organização colectiva que mobiliza as pessoas para as lutas justas que lhes dizem respeito, mas também para outras de outros sectores profissionais, e até para questões transversais como o aumento do salário mínimo nacional. Esta solidariedade da classe trabalhadora estende-se além fronteiras e tem uma dimensão internacionalista de defesa da paz e do desarmamento. É uma verdadeira escola da democracia, onde se afirma a dignidade de quem vive do seu trabalho e se conhecem e defendem os seus direitos.

Não houve uma apropriação histórica das classes dominantes da igreja como ferramenta de opressão?

Em muitos momentos, sim. Tal não pode ser desligado do facto de o cristianismo se ter tornado a religião do Império Romano, que tinha primeiramente perseguido e assassinado a comunidade cristã pelo desafio social, político, e religioso que lhe colocou. Essa relação directa com o poder político foi prejudicial para Igreja, desde logo porque lhe retirou independência, submetendo-a em muitos aspectos aos interesses dos senhores da sociedade, dos amos da terra. São lições. No entanto, a Igreja é bem maior do que isso. Sempre

que houve essa apropriação, por exemplo na forma de conquistas, genocídio, escravidão, pilhagem de recursos, houve também resistência a essa apropriação dentro da própria Igreja. Basta pensar nos frades dominicanos António de Montesinos e Bartolomeu de las Casas que enfureceram os colonizadores do Império Espanhol no séc. XVI.

Os trabalhadores e os seus movimentos têm algo a aprender com a experiências de católicos progressistas inspirados pela Teologia da Libertação?

A teologia da libertação enfatiza a opção preferencial pelos pobres e oprimidos, a partir do Evangelho. Concretizar essa opção passa por um compromisso concreto de acção transformadora, emancipadora, fundada na justiça e na dignidade. Foi criticada pela associação ao marxismo. Mas como salientou o Papa Francisco na carta dirigida ao frade dominicano Gustavo Gutiérrez, um dos fundadores dessa teologia: é uma forma de interpelar a consciência. Experiências como as Comunidades Eclesiais de Base e o método Ver-Julgar-Agir, utilizado na JOC e na LOC, têm uma grande riqueza na aproximação e acção de pessoas do mesmo bairro que enfrentam problemas semelhantes.

Em 1983, a imagem do Papa João Paulo II a ralar com Ernesto Cardenal, padre e ministro da Cultura dos sandinistas, que tomaram o poder através de uma revolução quatro anos antes, mostra que também há luta de classes dentro da igreja?

Essa imagem tornou-se icónica. Marcou uma época de grande envolvimento de padres na política, algo que eles viram como uma necessidade. Ernesto Cardenal não foi o único padre com responsabilidades políticas no governo sandinista. Eram quatro. Pediram dispensa e acabaram suspensos por João Paulo II, sanções que foram anuladas pelo Papa Francisco. Foi um período de grande tensão no contexto da Guerra Fria. É certo dizer que há luta de classes dentro da Igreja, na medida em que ela não existe isolada da sociedade e da sua estratificação e divisão em classes. Por um lado, é um erro de análise a visão idealista de algumas pessoas de esquerda que consideram a Igreja como inimiga de classe. Isso demonstra desconhecimento da diversidade no interior da Igreja como comunidade, que sendo uma não é uniforme. É preciso ultrapassar essas ideias feitas. Por outro lado, também é preciso não simplificar o legado de João Paulo II, reduzindo-o a esse papel não só em relação às revoluções populares na América Latina mas também no contexto das convulsões nos países socialistas na Europa. Só para dar um exemplo: João Paulo II escreveu uma encíclica em 1981, *Laborem Exercens*, sobre o trabalho humano. É um dos documentos fundamentais da Doutrina Social da Igreja e tem sido amplamente estudado e utilizado pelos sindicalistas e movimentos operários católicos. Nele se reconhece o conflito entre o capital e o trabalho, se defende o primado do segundo sobre o primeiro, a dignidade do trabalho e os direitos dos trabalhadores.

Quais são os desafios que a igreja enfrenta nos dias de hoje?

No plano internacional, as regiões que podiam ser vistas como mais periféricas como a América Latina,

mas principalmente a Ásia e África, ganharam peso. Isto à medida que a religiosidade diminuiu na Europa, muitas vezes substituída por uma espiritualidade vaga e individualista. Há desafios mais internos, como a questão da ordenação das mulheres. Há ainda as chagas dos abusos sexuais de menores e a correção da resposta eclesial, incluindo nela os membros leigos que foram, por vezes, silenciados e ignorados nas denúncias que fizeram. A verdade é que os leigos têm tido um papel mais destacado nas décadas recentes. É algo notório também na Ordem Dominicana, à qual pertence. O frei Bento Domingues escreveu uma vez que a “Igreja não pode ser auto-referente, deve renascer continuamente para a missão”. Ela permanece, recupera, eventualmente fortalece-se, apenas se não esquecer as suas raízes e a sua missão de anúncio da Boa Nova que salva e liberta. Não é possível viver verdadeiramente a fé cristã sem procurar realizar a fraternidade humana.

O que destacaria deste período do Papa Francisco à frente do Vaticano? Há diferenças assinaláveis? A igreja aproximou-se mais dos problemas sociais?

Não podemos olhar para o Papa como o chefe da Igreja, talvez espelhando uma certa ideia perniciosa de Deus como chefe supremo. A Cidade do Vaticano, com o estatuto legal que adquiriu no século XX como estado, tem um gabinete de governo liderado pelo Papa. Mas na orgânica da Igreja, ele é o bispo de Roma, a Santa Sé, cuja primazia foi clarificada ao longo dos séculos, mas é uma primazia entre pares (*primus inter pares*), como até os cristãos ortodoxos reconhecem. Roma foi o centro primordial da Igreja primitiva, onde São Pedro e São Paulo foram martirizados. Chamo a atenção para isto porque o papado de Francisco tem sido marcado por uma insistência na colegialidade, nomeadamente através da organização de sínodos de bispos, com participações de padres, religiosos, e leigos sobre diversos temas como a Amazônia, para desbravar novos caminhos para a Igreja e uma ecologia integral. Francisco tem enfatizado os problemas sociais, mas, mais do que isso, os problemas comuns da humanidade. Não é uma novidade, porque esta linha pertence à história da Igreja, mas é certamente uma diferença em relação ao passado recente. A encíclica *Laudato Si'* é um contributo teológico-político de grande impacto na Doutrina Social da Igreja, claramente ecologista e progressista. Tem fomentado movimentos e facilitado conversas entre católicos e outras pessoas de esquerda com as mesmas preocupações. O texto faz uma análise estrutural das desigualdades económicas globais e locais e das consequências ambientais de um sistema económico centrado no lucro e não nas pessoas. Defende a água pública. Desmonta o falso “discurso verde” guiado pelos interesses dos monopólios. Clama pelo aprofundamento da democracia, nas suas múltiplas vertentes, contra a submissão do poder político ao poder económico. É sobre o dever de cuidado entre os seres humanos e da humanidade em relação à sua casa comum. No fundo, tem a ver com uma das palavras de eleição de Francisco: misericórdia, solidariedade na dor. Refere-se à relação de Deus conosco. Mas igualmente de cada um de nós com o seu irmão, em especial quem é explorado, empobrecido, descartado como se nada valesse.

COVID-19



A pandemia da vigilância

Bárbara Seco de Barros

A pandemia tornou-se o principal tema de todas as nossas conversas, quase como tomando-nos reféns de um novo estado de alerta que parece ter vindo para ficar e que modificou, em grande medida, as nossas rotinas.

Diria que este é o sentido mais global da situação que atravessamos e que pauta os sentimentos de todos perante a instabilidade e a incerteza. Em primeiro lugar, a incerteza acerca do vírus em si, da sua propagação, do desconhecimento da comunidade científica relativamente ao seu tratamento e/ou cura e um sem número de perguntas que têm ficado sem resposta para grande parte da população, que se instalou desde o primeiro momento e que tem suscitado inúmeros debates, opiniões mais ou menos enraizadas e, claro, notícias mais ou menos duvidosas propagandeadas não só nas redes sociais, como grande parte dos órgãos de comunicação social. Outro debate, que nasceu da evolução da pandemia e, com ela, das várias medidas para a sua contenção, prende-se com as medidas securitárias e de vigilância previstas no Estado de Emergência e Calamidade.

Desde as primeiras conjecturas acerca da decisão de decretar o Estado de

Emergência que se ouviram vozes a acorrer a uma defesa acérrima das suas medidas para a contenção do coronavírus, ao mesmo tempo que outras questionavam a sua coerência. E de uma aceitação maioritária desta solução – que, naturalmente, advém de um papel muito particular que a comunicação social tem desempenhado – passámos rapidamente à assumpção de que somos todos, mais do que agentes de saúde pública, agentes da autoridade.

O Estado de Emergência rapidamente se transformou num estado de vigilância em pleno funcionamento, ou melhor, à vista de todos – segundo Foucault, a vigilância existe em todas as esferas da nossa vida e é a pedra toque da disciplina e do cumprimento das normas sociais. Rapidamente se espalharam discursos acusatórios daqueles que não ficaram em casa, daqueles que ficando, se atreveram, em determinado momento, a ocupar as ruas. Os motivos pouco importaram, como pouco importa este debate a uma maioria que interiorizou a necessidade de reprimir todos os comportamentos que pareçam fugir às regras impostas – ainda que não as conheçam bem. Assim foi, por exemplo, na realização das comemorações do 1º de Maio, que a CGTP-IN decidiu, aplicando as medidas de segurança que se lhe exi-

giam, assinalar na rua. Repare-se que as opiniões contrárias a esta acção – como às comemorações solenes do 25 de Abril na Assembleia da República – não se basearam apenas nas opiniões pessoais sobre os moldes escolhidos para as assinalar. Assentaram, antes, em discursos inflamados e comparações que demonstram um desconhecimento cabal da Constituição da República Portuguesa – para não falar de uma demonstração de uma certa tendência quase autoritária.

O que interessou e parece continuar a interessar é assumir o papel de vigilante, de agente de segurança entre os pares – não para os esclarecer ou ajudar, mas para os colocar na ordem. Estes corpos dóceis, como lhes chamaria Foucault, dirigidos por uma vigilância punitiva a todo o momento, subtil mas incisiva, tomaram noção de si numa altura em que, abertamente, se apertaram as medidas de segurança e de vigilância, no entanto não para estranhar ou questionar este estado de coisas, mas antes para a aplicar aos “outros”, àqueles que validam ou invalidam os seus esforços e as normas sociais pelas quais se regem. Não quero com isto dizer que não existem mecanismos que reforçam estas reacções e nos colocam em sentido, quase como se de agentes adormecidos nos tratássemos. Quero

precisamente evidenciar o contrário: que estes mecanismos são tão apurados que funcionam e se vão intrometendo nos nossos valores e acções de forma paulatina, mas eficaz. Vejam-se os discursos de ódio que têm, também durante esta pandemia, proliferado, crescido e tomado destaque, aproveitando o justo sentimento de incerteza e desprotecção face a uma realidade que não conseguimos ainda controlar, com efeitos tremendos na vida de uma grande maioria – especialmente os mais vulneráveis – para construir uma agenda antiga, segregadora e fascista. Parece-me, pois, necessário que aproveitemos para reflectir e debater a forma como estamos organizados socialmente, como construímos as nossas normas sociais e legais e como incluímos – ou excluímos – práticas culturais e sociais que convivem com a norma mas dela não fazem nunca parte. Deveríamos questionar toda e qualquer medida de segurança e vigilância que nos transforme em agentes de autoridade, como deveríamos também questionar as acções infundadas e exageradas por parte das forças de segurança, ao invés de aceitar, cega e ordeiramente, as medidas que nos são impostas e que colocam em causa os nossos direitos, as nossas liberdades e as nossas garantias.

COVID-19

Quando a imposição do medo é uma prisão

Irene Sá

Quero contar-vos. É um desabafo, um vislumbre do que é colocar o medo da ameaça invisível à frente de tudo mais, o motivo que empurra à descrença de que as coisas estão a ser ponderadas. E a culpa não é da DGS. É das DGS que só existem nas cabeças de pessoas autoritárias, insensíveis, amedrontadas e, infelizmente, com poder de decisão relativo. Essas pessoas existem um pouco por toda a parte e, se antes já exerciam os seus pequenos poderes sob o medo dos poderes maiores a que estão sujeitas, agora exercem-nos também sob o medo exacerbado da “peste”.

Iria estar com a minha mãe ao fim de 74 dias. Tinha-a visto um par de vezes pela janela do 2º andar, 4 minutos no total. Ela, que pouco vê porque é cega de um olho e está com uma catarata no outro. Ela, que caiu e partiu uma perna em Outubro e depois de uma ida ao hospital mandaram-na para casa sem que médicos ou enfermeiros dirigissem sequer os olhos na direcção da perna. Ela, que acabou por voltar ao hospital depois de nova queda um par de dias depois. Ela, que esteve internada e confusa por dois meses. Ela, que sofreu dois AVC sem que o hospital se dignasse a informar a família. Ela, que foi para uma Unidade de Cuidados Continuados durante um mês e expulsa com o carimbo de “cumpridos os objectivos terapêuticos - pode ir para casa e viver sozinha com apoio domiciliário e suporte familiar” sem conseguir deitar-se e mal podendo levantar-se e andar. Ela, que foi levada para aquele lar meio à pressa, sem possibilidades económicas para outro, sem qualquer apoio. Ela, que ainda se agarrou à esperança de ser operada aos olhos para recuperar um pouco a visão e poder desfrutar um pouco da vida através dos olhos já que as pernas não funcionam: ler, escrever, desenhar, ver televisão, olhar para as pessoas. Ela, que ainda pensou ter fisioterapia a sério para poder recuperar um pouco a mobilidade. Ela, que está há quase dois meses cingida ao espaço à volta da cama porque não se pode aproximar das outras companheiras de quarto, não consegue ver a televisão, está longe da janela, come com o tabuleiro em cima da cama.

Ela estava entusiasmada com a visita e contava os dias.

E o dia chegou. Uma visita de 90 minutos. Como aproveitar? O que dizer? Como evitar abraços, beijos e festas? Nem sequer me podia aproximar para



Ilustração de Irene Sá

tentar mostrar-lhe uma foto do neto. Levei a máscara cirúrgica nova, porque colocaram no regulamento que era obrigatório que fosse cirúrgica, ainda que a DGS diga preferencialmente cirúrgica. Mas, lá está, os pequenos poderes resolvem converter recomendações, conselhos e sugestões em obrigações e deveres impreteríveis. Aqui convém dizer que, quando não havia máscaras no mercado, o lar aceitou as 10 máscaras “sociais” que lhes levei (com 81% de protecção), as mesmas que agora não servem para eu visitar a minha mãe estando a 2 metros de distância. Entrei para o minúsculo pátio. O chão inundado de água com lixívia. Não me deixaram passar do portão. Trouxeram a minha mãe para a porta do edifício e não a deixaram entrar no pátio, ficou a mais de dois metros, também

ela com máscara. E pronto! Ali estávamos. Eu na sombra e ela meio na luz. Não me via. E também ouvia pouco porque ao lado estão a decorrer obras. Tivemos de falar muito alto. Eu estava em baixo e a minha mãe em cima. Entretanto a directora passava continuamente por trás da minha mãe. Tocaram à campainha. A directora foi abrir passando entre mim e ela e obrigando-me a desviar a cadeira que me trouxeram e colocaram frente ao portão. Tocaram novamente. Foram de novo abrir. Era um carregamento de carne e tiveram de ir buscar umas grades para colocar no chão. Depois carregaram a carne e tiveram de levar a minha mãe para dentro para poderem passar. Passados 55 minutos dos 90 programados (e referidos pela DGS) para a visita semanal vem a directora dizer que a visita acabou,

que tinha de desinfectar tudo para a visita seguinte. Quase nem me despedi.

Agora só há visita para a semana, mais uma hora, e é se não chover. Se chover não há visitas. A DGS recomenda espaços exteriores (uma vez mais, recomenda) mas diz que podem ser salas de visita e ali existe uma. Mas cruzei credo que ninguém pode passar pela porta.

Ainda perguntei à directora por uma conta de farmácia que tinha vindo com o dobro do valor habitual e ela diz-me que não sabe, e que só me diz o que era depois de eu pagar. Tem a minha mãe como refém. Discussão. Depois pergunto se já sabe alguma coisa sobre a minha mãe poder sair para as consultas e exames marcados para Junho (5 no total, todas elas resultando de adiamentos). Arregala os olhos e diz-me que isso não poderá ser tão cedo. Ou então terá de ficar em isolamento durante 14 dias num quatinho e aponta para o quatinho que, pelos vistos, fica ao lado da cozinha e tem janela para o minúsculo e escuro pátio. A senhora ainda me diz, com ar de profeta da desgraça, que isto está muito mal, “em França já fecharam as escolas outra vez! 70 casos!” Só quando chego a casa percebo que não é nada disso, fecharam 70 escolas em 4000, 25 delas por causa de 1 único infectado, das outras várias por suspeitas (e nem sei se foram confirmadas).

A estas pessoas não lhes importa que as pessoas morram de fome ou de cansaço como as funcionárias que estão naquele lar internadas a trabalhar de dia e de noite. Não lhes importa que morram com problemas cardíacos, com AVC, com problemas respiratórios que não sejam covid 19, com problemas gástricos, com diabetes e muito menos com depressão. Não lhes importa que as pessoas não voltem a caminhar ou que voltem a ver. Não lhes importa que as pessoas andem confusas. Não lhes importa que cada pessoa é uma história, uma razão de ser e sentimentos acumulados. Neste momento só lhes importa ocuparem-se de alimentar o seu medo insano. Isto não é responsabilidade, é paranóia. Como diria o meu irmão, o sentido comum costumava ser uma coisa boa.

A minha mãe e todas as pessoas que ali vivem cometeram o crime de ser idosos, terem problemas de saúde, não poderem ser autónomos e não terem na família quem tenha condições de os cuidar em casa. É um crime violento este de ter vivido. E ainda maior é o crime de querer continuar a viver de verdade e não num simulacro de existência.

Depois viro as costas e saio. Tiro a máscara. Respiro.

Isto é mais que distanciamento físico, mais que distanciamento social. É distanciamento ponto. Porém há laços que nenhum distanciamento pode quebrar. Já estive ligada a esta mulher por um cordão umbilical. Devo-lhe a vida.

COVID-19



Nos nossos bairros há uma vida que resiste.

O isolamento e os bairros populares

Jorge Carvalho

Nos últimos três meses vimo-nos obrigados a adaptar o quotidiano a uma reconfiguração da actividade laboral e social à nossa volta. Essa reconfiguração desvelou um conjunto de assimetrias que permaneciam invisíveis a uma sociedade que é, em larga escala, comprometida com aquilo que apenas a afeta a si, indiferente aos dramas alheios. Com o isolamento voluntário ou com o confinamento decretado pelo Governo, ainda há quem se esqueça de que, para uma parte significativa dos trabalhadores, ficar em casa não foi uma opção.

Apesar das imagens de ruas desertas, passadas com orgulho no noticiário das oito, e dos grandes esforços virtuais para nos ocuparmos com vídeos de artistas com os quais, agora, muitos partilhavam o estado de espírito, nos bairros da Grande Lisboa muita gente continuou a trabalhar e a ter de se deslocar em transportes públicos. Aqueles que ficaram em

casa, seja por lay-off, seja por despedimento, mantiveram muitas das suas despesas de base, às quais acrescentaram imprevistos que não puderam, muitas vezes, ser resolvidos como era habitual. Sem a sociedade à qual recorrer, olharam e viram uma parte do país forçar um imperativo irrealista: fiquem em casa. Como se todos pudéssemos ficar enfiados em casa, embrulhados na ideia de que vai ficar tudo bem se nos trancarmos e esquecermos que o mundo é muito mais do que o nosso *bunker*. Ainda há gente lá fora, sem opção, gente a quem nunca foi permitido escolher entre ficar em casa e manter “a economia a funcionar”, como tantas vezes ouvimos chamar a esta falta de opção.

Mas ainda com tantos trabalhadores no ativo, muitos serviços que permaneceram disponíveis perderam clientela, a restauração tradicional teve de se reinventar sem estar preparada, o pequeno comércio fechou as portas e abriu postigos clandestinamente, as colectividades ficaram sem vida e tudo isto encerrou temporaria-

mente a única rede social que muita gente ainda tem nos seus dias. Medo, incerteza, desconfiança, receio de não estar a cumprir as normas e uma grande pressão para acreditar que estávamos todos no mesmo barco quase derrotaram as comunidades. Muitas portas fecharam-se convencidas de que era assim para todos.

Os nossos hábitos diários afastaram-nos, muitas vezes, do nosso bairro. Arrastamo-nos para as grandes superfícies, muitas vezes sem outra alternativa, porque é mais fácil e compra-se já tudo, ou porque é mais barato, vamos à procura de uma oportunidade melhor para aquele micro-ondas ou para aquele utensílio de cozinha, para os atalhados de casa de banho, o desconto e a prestação sedutora mas de pouca garantia. Esquecemos que apenas a 100 ou 200 metros há aquela loja, aquele barbeiro, aquele mecânico; que em cada esquina alguém conhece alguém que nos pode ajudar com a canalização, com o esquentador, com uma pintura ou um arranjo de carpintaria. Nos nossos bairros há

uma vida que resiste, que faz do mero ato de comércio um exercício de cidadania, de entreajuda, de solidariedade, mas que depende dessa escolha, quando ela pode ser feita. Para muitos que não deixaram de trabalhar, o bairro é o apoio possível, o lugar onde os miúdos podem recorrer se acontecer alguma coisa, o telefone de contacto para os imprevistos, a tolerância à compra fiada porque onde não comem dez também não comem onze e por isso tem de dar para todos. Se a nossa escolha não for dentro do bairro, ele deixará de ser uma escolha para quem dele mais precisa.

Os bairros não podem ser só o lugar onde fica a nossa casa e onde vamos dormir. A nossa casa não pode ser só da porta para dentro. Para ultrapassar as grandes adversidades, há poucos recursos como este organismo que respira e que é o nosso bairro. Para nos ajudarmos, precisamos de sociedade, dessa sociedade que há no café, na coletividade, na mercearia, na modista, no sapateiro, no mecânico, no talho, na vizinha de baixo. Somos nós que fazemos o bairro e ele é esse castelo indestrutível coletivo onde o Estado de Emergência ou de Calamidade não corrompem a nossa capacidade de nos ajudarmos, de nos mantermos acompanhados, mesmo com todas as distâncias recomendadas cumpridas. O cuidado e a cautela não podem ser violentamente substituídos pelo esvaziamento da comunidade, pela ideia de que daqui em diante teremos de nos adaptar, ideia que se repete sem se saber muito bem o que quer dizer, como uma inevitabilidade que compramos por preguiça, mas que vai sabotar as poucas hipóteses que temos de lembrar que a vida lá fora continua, que a vida lá fora continuou para milhares de pessoas, e que isso implica necessidades em cadeia, muito para além da sobrevivência. Os bairros precisam de nós e nós precisamos deles. É nessa relação que nos constituímos como uma verdadeira comunidade e é a ela que devemos a solidariedade que a protegerá quando algo de fora a tentar abalar.

A verdadeira crise atravessará os nossos bairros nos próximos tempos. E é por isso que se torna fundamental retomar as suas dinâmicas habituais, desde as conversas às trocas comerciais. É essencial voltar ao restaurante, optar pelas compras locais, pelo barbeiro e pelo cabeleireiro local, pela drogaria e pela mercearia, como também é muito importante criar ou retomar as relações de vizinhança, entrar na coletividade ou no clube do bairro para tomar um café, uma cerveja, reclamando o direito a viver.

festas populares



ACCL pede a retoma das atividades associativas



Associativismo, o oxigénio dos bairros

O formigueiro de sorrisos que enche as ruas de Lisboa durante o mês de junho é resultado do esforço daqueles que durante boa parte do ano se dedicam, através do associativismo, à preparação das festas. São centenas de coletividades que juntam as mais diversas expressões desportivas, culturais e recreativas em diversos bairros da cidade os pulmões da alegria que este ano não respira na cidade. A pandemia do novo coronavírus não só suspendeu a agitação que percorria as ruas de Lisboa e de outros concelhos da Área Metropolitana durante este mês mas também a atividade de muitas associações que são um dos pilares da vida social de muitas populações. Este não era apenas um momento de congregar à sua volta inúmeras expressões dentro do contexto das festas. Para muitas, era também um importante momento de receitas para investir nos muitos projetos que desenvolvem anualmente junto das populações.

Numa carta aberta aos poderes instituídos, a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto deu um sinal de alerta e expôs que começou o combate à pandemia já se suspenderam ou anularam mais de 120 mil atividades e encerrado 90% das se-

des das associações e coletividades, apesar de terem continuado a apoiar, nestes dois meses e meio, associados, familiares, comunidades vizinhas, instituições sociais e públicas de várias formas.

Neste sentido, esta confederação pede a retoma das atividades associativas para “dinamizar a economia local, recuperar parte das perdas financeiras, apoiar as crianças em ATLS e AECs associativos, os jovens no ensino e práticas culturais e desportivas e os idosos com os espaços de encontro, convívio e de socialização combatendo o isolamento e a depressão.

A história das festas de Lisboa

As festas em Lisboa realizavam-se tradicionalmente duas vezes por ano: a 15 de fevereiro, dia da transladação do corpo de Santo António para a catedral de Pádua, e a 13 de junho, data da sua morte. Às cerimónias religiosas, como as missas e a procissão, juntavam-se as festas oficiais da autarquia no Terreiro do Paço e mais tarde no Rossio, que terminavam com fogo-de-artifício.

Simultaneamente, um pouco por toda a cidade, decorriam as festas populares nos bairros, relacionadas com os ancestrais festejos do solstício de verão, os ar-

raiais e descantes e ainda os tronos em homenagem a Santo António.

Por toda a parte, em todas as casas, via-se a imagem do Santo, no seu altar, ornada de flores e de longos pavios. Estes tronos constituem uma das manifestações mais singulares do culto antoniano que, mais tarde, foram também apropriados pelas crianças que passam a competir entre si na sua feitura.

Entre as comemorações religiosas e pagãs, durante o dia, à noite e pela madrugada de 12 para 13 de Junho, a multidão deslocava-se pelas ruas da cidade erguendo archotes e lampiões para iluminar o caminho. Estes desfiles espontâneos de pessoas transportando balões iluminados pendurados em canas estão na origem das Marchas Populares que a partir de 1932, durante o fascismo, se transformariam num concurso organizado, encenado e temático.

Em homenagem ao dom de casamento do Santo, cria-se, na década de 50, o concurso das Noivas de Santo António, que permitiu, ao longo dos anos, celebrar inúmeros casamentos a casais de poucos recursos económicos.

O regime fascista tentou através das Marchas Populares controlar desde o princípio a componente popular das fes-

tas de Lisboa mas as coletividades acabaram por fazer sempre parte desta história. As marchas foram adquirindo um enorme prestígio ao longo dos anos com grande entusiasmo popular. Em 1952, a novidade é a deslocação do desfile para o percurso que conhecemos, do Marquês de Pombal aos Restauradores.

Depois de mais um período instável, a partir de 1963, e até 1970, o desfile ocorreu sem interrupções, sendo nesse ano que a televisão se torna um espectador assíduo, primeiro a preto-e-branco e mais tarde, com cor, revelando toda a essência e esplendor das Marchas.

Na década de 60 começam as exposições em recinto fechado, no Pavilhão dos Desportos, no Parque Eduardo VII. Nessa altura registou-se um dos percursos mais longos – do Parque ao Terreiro do Paço, com passagem pelas Avenidas Sidónio Pais e Fontes Pereira de Melo. Em 65, aparecem os carros alegóricos e, em 69, as mascotes – crianças que acompanham a marcha vestidas a rigor. No início dos anos 70, assiste-se ao progressivo declínio das Marchas que chegaram mesmo a extinguir-se depois da Revolução de Abril, por estarem associadas ao fascismo. Só em 1980 regressam à Avenida, mantendo um ritmo anual até hoje.



coletividades



“O futuro das coletividades surge estreitamente imbricado com o futuro do país.”

As coletividades de cultura, recreio e desporto – ontem, hoje e amanhã

Sérgio Pratas, vice-presidente da CPCCRD

200 anos de história

Com a Monarquia Liberal é criado em Portugal um novo quadro político, económico, social e cultural, que viria a revelar-se favorável à emergência e crescimento do associativismo popular. As primeiras coletividades procuram encontrar resposta para várias necessidades coletivas prementes: dedicam-se à cultura e ao recreio, mas também à instrução e até à previdência. E as populações passam a ter acesso a novos e importantes espaços de sociabilidade e lazer.

As então denominadas sociedades de instrução e recreio apresentam vários traços característicos: o do intercâmbio – era relativamente comum as bandas filarmónicas e os grupos teatrais visitarem-se entre si; o da gestão democrática; o da exclusão das mulheres; e o do interclassismo.

O período da Primeira República surge associado a um contexto social muito difícil, marcado pela miséria e por balanças alimentares pobres e pouco diversificadas. A maioria dos trabalhadores aspira-

va apenas a sobreviver. O reformismo social fez parte da propaganda republicana, mas a intervenção do Estado foi quase sempre inconsequente, por razões financeiras ou por empecilhos burocráticos.

Será nesta fase que se assistirá à criação da Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio, em 1924 (para se conseguir ter maior influência junto dos poderes públicos); bem como à introdução da educação e da atividade física nas sociedades de instrução e recreio. Realidade que é acompanhada de um crescente interesse do público popular por algumas modalidades, como o ciclismo, o boxe ou o futebol.

A partir de 1926, são vários os relatos de uma verdadeira ofensiva contra o associativismo livre – e que se fez sentir, também, entre as sociedades de instrução e recreio. Com o Estado fascista procurarse-á fomentar e impor à sociedade portuguesa um modelo nacionalista, ruralista e tradicionalista de cultura popular, com o duplo objetivo de legitimar politicamente o regime e de estabelecer um consenso social e cultural em torno de um conjunto de valores, imagens e práticas culturais.

Esse modelo foi imposto através de medidas e políticas públicas que demons-

tram a ambição totalizante do regime. O associativismo livre sociocultural foi fortemente limitado por diversos mecanismos, como a rede das casas do povo e a ação centralizadora da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (com claros privilégios); e pelo controlo, perseguição e repressão do meio associativo livre.

O presente

O quarto período da história das coletividades é inaugurado com o 25 de Abril de 1974. O novo regime e a Constituição de 1976 criaram um contexto abertamente favorável ao associativismo popular. E o impacto foi fortíssimo. Veja-se, por exemplo, o que aconteceu com a criação de novas coletividades – em 1974 eram 10 mil e hoje são cerca 30 mil.

As coletividades são de longe o tipo associativo mais numeroso em Portugal. Estão espalhadas em cada canto do país – das pequenas e remotas aldeias, às grandes cidades. E são um pilar da nossa democracia, com efeitos a vários níveis: no plano social (integração e coesão sociais, combate ao isolamento, envelhecimento com qualidade); na democratização do acesso à cultura e ao desporto; no plano

económico (criação de emprego, promoção do comércio local); no plano do desenvolvimento comunitário (promoção da saúde individual e comunitária, construção de relações colaborativas, etc.).

Apesar disso, estão confrontadas com vários constrangimentos e ameaças. Um quadro geral de forte precariedade e desregulação do tempo de trabalho – com reflexos ao nível do recrutamento de dirigentes e em particular de jovens. O preconceito – que teima em persistir. Ou a existência de uma legislação associativa desajustada, complexa e anacrónica.

O futuro

Como serão as coletividades daqui a 10 anos? Ou 20 anos? E daqui a 50 anos? Que papel (e funções sociais) assumirão no futuro? Serão em maior número? Serão mais democráticas? Como será a cooperação com as autarquias? E com os serviços governamentais?

Não é fácil dar resposta a tais perguntas. Sem bola de cristal, a análise do futuro é sempre um exercício complexo. E discutível. Apesar disso, há dois aspetos relativos ao futuro das coletividades que se podem desde já referenciar:



Lisboa é linda e por ela voltaremos a marchar

- a) As coletividades não vivem isoladas das comunidades onde estão inseridas. E não vivem desligadas da realidade nacional e internacional (contexto político, económico, social e cultural).
- b) Mas isso não significa que o futuro seja ditado apenas pelo que vem de fora – pelo contexto externo. A vontade dos associados e dos dirigentes, a sua visão, o seu querer e o seu trabalho são também uma variável fundamental.

E isso conduz-nos a uma primeira conclusão. O futuro das coletividades será talhado (em grande medida) pela relação dialética entre essas duas realidades: o contexto externo e a realidade interna.

E o que é que sabemos sobre o contexto externo? Entre muitas outras coisas, sabemos o que dispõe a Constituição Portuguesa. A nossa Constituição aponta um caminho claro: “A República Portuguesa é um Estado de direito democrático (...) visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” (artigo 2.º). E reconhece o papel das coletividades na construção dessa mesma democracia: compete-lhes colaborar com o Estado e outras entidades na promoção do acesso por todos quer à cultura, quer ao desporto (artigos 73.º e 79.º); e compete-lhes também intervir ativamente na vida administrativa local (artigo 263.º).

Aqui chegados, pode dizer-se que o futuro das coletividades surge estreitamente imbricado com o futuro do país. As coletividades têm (e podem ter ainda mais) um papel importante no aprofundamento da democracia em Portugal.

E o que é que sabemos sobre o contexto interno das coletividades? Sabemos que têm pontos fortes: são a maior rede social do país – e a entidade coletiva mais próxima das pessoas; são uma escola de cidadania e um exemplo de democracia; e são particularmente resilientes. Mas têm também alguns pontos fracos: por exemplo, a frágil coesão e interligação internas; o conservadorismo; ou a fraca participação de jovens e de mulheres em funções dirigentes.

A consciência dessa realidade coloca alguns desafios importantes. Para participarem na construção de uma democracia avançada – ou de alta intensidade – é fundamental que as coletividades não se coloquem apenas numa posição de amortecedor de problemas. Devem assumir cada vez mais um papel ativo e consciente na transformação da sociedade – e na construção de uma sociedade mais justa. E precisam também de estar próximas e unidas – trabalhando em parceria e no fortalecimento das suas estruturas representativas. Só assim terão a força suficiente para serem obreiras do seu futuro – e do futuro do país.

Tradicionalmente, este é um mês em que Lisboa se veste de festa e os alfacinhas, desde os mais verdes até aos mais maduros, vivem ao máximo a sua cidade na rua. Este ano, pela primeira vez na vida de muitos de nós, será diferente. Os bairros não se vão encher de gente e as marchas não vão poder exhibir orgulhosamente o trabalho e a dedicação em que mergulharam meses a fio. Mas o mais importante continua lá: o amor pela cidade e pelas suas pessoas. É sabido que é nos momentos de maiores dificuldades que nos superamos, e não temos dúvidas de que é isso que os lisboetas farão, como tantas outras vezes ao longo da sua história. A **Marcha d’A Voz do Operário** tem por isso este ano uma missão desafiante, mas tão importante quanto tem sido o seu papel ao longo de tantos anos na formação de dezenas e dezenas de crianças.

Vivemos um momento excecional para transmitir às crianças valores como o sentido de comunidade, a resiliência, o espírito de sacrifício, a tolerância e, sobretudo, a esperança. No fundo, os valores que são cultiva-



dos através da Marcha e que se mostram fundamentais nas mais diversas áreas ao longo da vida dos pequenos marchantes. Num momento em que a incerteza sobre o futuro assusta tantos de nós, não nos esqueçamos de que o futuro são elas, as nossas crianças. Que essa certeza nos dê a força e a alegria para que possamos mostrar-lhes que em breve, todos juntos, voltaremos a cantar e a dançar pela nossa cidade.

CONCURSO
sardinhas
2020



Terminado o 10.º Concurso Sardinhas Festas de Lisboa, excecionalmente este ano em regime de quarentena, estão escolhidas as vencedoras.

Às sete magníficas selecionadas pelo júri (seis do concurso geral e uma da Turma da Sardinha, que receberão um prémio no valor de 1.500€), juntam-se ainda três menções honrosas, que foram votadas pelo público na página de facebook das Festas de Lisboa.

Da pandemia ao ambiente, passando pelas festas lisboetas, à janela, quase tudo serviu de inspiração para as sardinhas vencedoras deste ano – três portuguesas e três internacionais (oriundas da Turquia, Itália e Canadá).

A “coerência gráfica e plástica”, aliada à “originalidade, legibilidade e qualidades técnica e estética” ditaram a escolha das vencedoras pelo júri deste ano, composto pelo artista plástico **Ricardo Ramos** (que assina

como **Xico Gaivota** e tem desenvolvido obras com lixo recolhido nas praias), pela radialista e apresentadora de televisão **Inês Lopes Gonçalves**, pelo escritor, ilustrador e músico **Afonso Cruz** e pelo designer **Jorge Silva** (o “Pai da Sardinha”).

Nesta décima edição do concurso, que decorreu entre março e abril, foram submetidas **3639 propostas** de sardinhas, provenientes de **53 países**. À **Turma da Sardinha** candidataram-se 672 propostas, vindas de escolas de todo o país.

Agora é tempo de começarmos lentamente a desconfinar e, em breve, todas as sardinhas distinguidas no concurso deste ano sairão do ecrã para a rua, com o devido distanciamento!

Fiquem atentos às nossas redes sociais, daremos mais notícias em breve. **#QuaseJuntos**

Festas populares



Marcha Infantil d'A Voz do Operário participaria pelo 33.º ano nas marchas populares.

Marcha Infantil nas Festas de Lisboa



Este ano, a Marcha Infantil d'A Voz do Operário participaria pelo 33.º ano nas marchas populares. O histórico desfile das meninas e dos meninos organizado pela instituição faz já parte cardápio anual na Avenida da Liberdade. Daqui saíram muitos dos marchantes que hoje fazem parte de tantos outros grupos pelos bairros da cidade.

No ano passado, Vítor Agostinho, diretor-geral d'A Voz do Operário e ensaiador da Marcha Infantil desde a sua primeira edição, contava que esta marcha surgiu de um desafio lançado pelo vereador do Turismo da Câmara Municipal de Lisboa, que na altura abarcava as atividades relacionadas com as Festas de Lisboa e as Marchas Populares.

A Voz do Operário aceitou prontamente e até hoje responde anualmente a este desafio. O objetivo maior é a criação de uma espaço de contato das gerações mais novas com as tradições alfacinhas, de forma consistente. E o resultado, mais de três décadas depois, está à vista: várias gerações de marchantes "formaram-se" nesta Marcha Infantil, durante vários anos a única na cidade com estas características. Para aqueles que não ingressaram posteriormente nas marchas "adultas" ficou uma

experiência inesquecível e enriquecedora e uma sensibilidade e carinho por esta expressão de cultura popular.

A Marcha Infantil d'A Voz do Operário é uma realização única, de forte caráter coletivo, que espelha na sua organização e construção a identidade da instituição que a acolhe: todo o trabalho envolvido é voluntário: figurinista, costura, construção dos arcos, criação de melodias e letras, coreografia: dezenas de pessoas trabalham meses a fio para que estas crianças possam descer a Avenida da Liberdade e desfilar no pavilhão Altice Arena, pontos altos das várias exibições que a marcha faz, em pleno estrelato. Este sentimento de profundo respeito pelas crianças é um enorme móbil destes voluntários - trabalhar para a Marcha Infantil é, em primeiro lugar, trabalhar para elas.

O facto é que o prestígio da Marcha Infantil é grande no meio das marchas populares alfacinhas. Desde há anos a esta parte que tem contado com a participação voluntária de figurinistas e cenógrafos de outras marchas da cidade. "Neste momento já temos a pessoa para os figurinos do próximo ano. Já são os próprios que vêm ter connosco a oferecer-se. E isto porquê? Porque à medida que vão passando por aqui pes-

soas tão importantes desta área, a rapaziada que está a fazer esse trabalho noutras marchas também quer ficar associada à Marcha Infantil. É prestigiante para eles e para nós.", contava orgulhoso Vítor Agostinho a este jornal em 2019.

Mas este é um trabalho coletivo onde também entram as costureiras d'A Voz do Operário que todos os anos se dedicam de forma voluntária à confeção dos fatos. No ano passado, foram 96 fatos, aos quais acresceram ainda os fatos dos padrinhos e os coletes dos 8 músicos. Um trabalho que o coletivo da costura afirma prontamente que só é possível concretizar graça a um forte sentido de participação e construção conjunta de sócios, trabalhadores e mães dos marchantes durante vários meses.

Marcha Escolar para fintar a pandemia

Todos os anos é um corropio de crianças. Em 2019, foi batido o recorde de inscrições, o dobro do que se esperava. Vítor Agostinho diz que a organização evita ao máximo circunscrever a participação, e acaba por aceitar sempre todas as crianças que se inscrevem. Este ano, sem a possibilidade de des-

cer a Avenida da Liberdade, A Voz do Operário não quis que as suas meninas e meninos deixassem de viver a experiência da marcha infantil sugerindo uma marcha escolar. Preencher esse espaço vazio vai ser possível com um pequeno desfile com vista a homenagear as festas de Lisboa.

A proporciona, assim, o prazer e a possibilidade de construir uma marcha mista com as crianças do pré-escolar e trabalhadores d'A Voz do Operário. A ideia é que seja uma marcha diferente e criativa e que tenha o nome "A Voz sai à rua!".

Está já a ser ensaiada no horário da manhã com a duração de uma hora pelas ensaiadoras e marchantes Marta Tomás, Telma Silva e Rute Rocha. Prevê-se que a marcha será ensaiada e exibida dentro da escola como um projeto criado pelo espaço escola. As responsáveis anunciaram que caso os encarregados de educação das crianças concordem com a proposta e queiram que os seus educandos participem no projeto devem comunicá-lo às educadoras de sala e facultarem as informações necessárias.



EM CASA TAMBÉM

MARCHA

JUNTOS NINGUÉM NOS PARA



Seja responsável. Beba com moderação.

ASSOCIATIVISMO



Sede do Clube Oriental de Lisboa

Câmara aprova apoios às associações

Por proposta dos vereadores comunistas, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, por unanimidade, no fim do mês de maio, um apoio financeiro suplementar para ajudar o movimento associativo local. Com esta decisão, as diferentes coletividades vão poder aceder a um financiamento para “suportar, designadamente, encargos resultantes de rendas, água, luz, gás, seguros e salários de trabalhadores, sendo elegíveis os que tenham ocorrido desde março de 2020”, como se pode ler num comunicado dos eleitos do PCP.

A solução aprovada enquadra-se no Fundo de Emer-

gência Social (FES) do Município de Lisboa – Vertente de apoio a instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e outras entidades sem fins lucrativo. De acordo com a nota, os apoios a conceder terão como referência o valor de 2500 euros, podendo este vir a ser “ajustado em função das efectivas necessidades da entidade apoiada e até ao limite de 20 mil euros (salvo em circunstâncias devidamente fundamentadas, nas quais este valor poderá ser ultrapassado)”.

A proposta contempla ainda a possibilidade quer do prolongamento do período de vigência deste apoio,

atualmente fixada até 30 de junho, quer do reforço das dotações do FES para acorrer às candidaturas que venham a ser apresentadas.

No difícil contexto que se vive, os vereadores comunistas entendem que esta decisão pode dar “um forte impulso” à defesa da sobrevivência das associações lisboetas. O surto epidémico de covid-19 colocou um travão à atividade de muitas associações, designadamente no plano desportivo, cultural e de recreio. Não obstante, mantêm as despesas correntes, como as rendas, água, luz ou seguros.

Coletividades pedem retoma

Numa carta aberta às autarquias locais, Direção-Geral da Saúde e ao governo, a direção da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) afirmou que “chegou a hora de retomar as actividades associativas”, após dois meses e meio a apoiar “associados, familiares, comunidades vizinhas, instituições sociais e públicas de várias formas”.

“As atividades associativas são tão diversas que, nas atuais condições, poderão muitas delas ser retomadas à semelhança do que acontece com outros sectores. À falta de respostas da DGS, a quem mantemos o pedido de estabelecer regras próprias para o associativismo, as autoridades locais poderão autorizar e recomendar medidas específicas para cada coletividade e tipos de atividades” a partir de 1 de junho, reclama a CPCCRD.

Da DGS e do governo pede-se que “se pronunciem e permitam a retoma gradual e responsável das actividades associativas culturais, recreativas e desportivas com condições específicas para o associativismo”. “Somos activos, inclusivos e responsáveis”, assegura a Confederação.

Com quase 100 anos de história, a CPCCRD, da qual A Voz do Operário faz parte, junta 3900 associações em 38 estruturas descentralizadas por todo o país. A Confederação é a fiel depositária de todo o património da extinta Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, o que por si só constitui um importante acervo do Movimento Associativo Português.

A VOZ do corvo



...e depois do vírus

O vírus que nos atormenta é insidioso porque se chega a nós, à socapa, por um espirro, uma tosse, o passar distraído das mãos por uma mesa ou tocar num puxador e por muitas outras causas... é traiçoeiro porque nos separa, obriga-nos a estarmos distantes uns dos outros, não nos deixa ir ao cinema nem a um restaurante e até não deixa que nos cumprimentemos com amistoso “passou bem?” e amistoso aperto de mão, é cínico porque nos dispensa do trabalho, mas não

é para nosso descanso, pelo contrário, é para nosso alvoroço, desemprego e falta de dinheiro, é cruel porque impede a ritualidade do último adeus e torna a partida mais triste e ignóbil.

Todas estas malvadezas só poderiam ser corrigidas se fossem atribuídas ao vírus comportamentos humanos, o que é impossível, pelo que só nos resta combatê-lo através da investigação científica do conhecimento e de alterações de atitudes e regras sociais.

Foi o que a quase totalidade dos povos e governantes fizeram e que alguns governantes se recusaram a fazer.

Em relação a qualquer dos casos se diz, e com razão, que muita coisa vai mudar entre o antes e o depois da pandemia.

Talvez a vida coletiva mude quanto à repartição do tempo; talvez o trabalho (a formação, a produtividade e a remuneração) não exija tão avassaladora presença física; talvez a relação atividade-reposo se liberte da imposição de longos períodos de laboração e férias concentradas e que os tempos de labor e lazer se misturem harmoniosamente no quotidiano de cada um e de cada família.

Isto e mais a diversificação de horários poderá al-

terar o número e a natureza das deslocações e é bem possível que o comboio vença o avião na ligação entre cidades afastadas entre si por poucas centenas de quilómetros e, em meio urbano, os transportes públicos se imponham em relação aos transportes privados e então as ruas, as praças e os jardins das povoações tornar-se-ão mais tranquilos e conviventes.

Mas também se pode afirmar que qualquer que seja a realidade futura ela exigirá sempre entre nós:

um Serviço Nacional de Saúde com capacidade e adequação às dificuldades como as que foram agora demonstradas; uma Política Nacional da Habitação que permita a qualquer um “escolher num parque habitacional salubre, com oferta suficientemente ampla e a um preço razoável, uma casa que assegure tranquilidade e respeito pela privacidade pessoal e familiar” (é o que diz a Declaração Europeia do Direito à Cidade) e ainda uma Política Nacional de Ordenamento do Território que salvaguarde terras, bens, casas e florestas do vírus pirómano que costuma atacar o país no verão.

Francisco da Silva Dias

SOLIDARIEDADE

Refugiados amontoados em pensões



Hostel foi foco da doença, revelando falta de condições de vida de refugiados.

É um retrato que se repete em vários lugares da freguesia de Arroios. Sem condições adequadas, dezenas de requerentes de asilo vivem amontoados em pensões na cidade em plena pandemia. Era o caso de 16 refugiados, instalados no hostel SRI Indo, até há bem pouco tempo. Não tinham mais do que três pratos, três copos e três conjuntos de talheres. Os beliches só tinham uma muda de roupa e as duas casas de banho não tinham quaisquer produtos de limpeza. Sem máquina de lavar a roupa e com apenas um fogão e um frigorífico, era assim que viviam estes refugiados que fazem parte do grupo de 950 requerentes de asilo que estão à guarda do Conselho Português para os Refugiados (CPR), do qual apenas um reduzido número se encontra alojado no centro de acolhimento devido à sua sobrelotação. Os restantes vivem provisoriamente em pensões, apartamentos e quartos arrendados na região de Lisboa.

É uma realidade que nos bastidores da cidade, entre o fogo cruzado das autoridades políticas, se desenrola para um desfecho que pode ser trágico. Em poucas semanas, foram descobertas pensões com centenas de refugiados, muitos contaminados com covid-19. Outros continuam à espera que o vírus chegue sem nenhuma proteção.

Com a Organização Mundial de Saúde e a Direção-Geral da Saúde a sublinharem a importância de manter o isolamento social e de medidas de higiene padrão, estes refugiados denunciam que nunca tiveram acesso a máscaras e desinfetante.

Como muitos outros requerentes de asilo, Yanick Landu Matondo, de 38 anos, fugiu da República Democrática do Congo por motivos políticos. “O meu pai trabalhava com o chefe de uma tribo numa terra que

tem diamantes. O governo matou o meu pai e o chefe porque queria ocupar essa terra. Tratavam-nos como rebeldes”, explica. Na semana anterior, elementos do CPR visitaram a pensão para testar os refugiados e saber se havia algum infetado com covid-19. “Eu recusei por uma razão. Nós podemos fazer o teste e dar negativo mas vamos continuar a viver na mesma situação”, descreve Yanick.

Mansita Kisimene corrobora as palavras do seu conterrâneo. Foi diretamente do aeroporto para esta pensão onde diz nunca ter havido troca de lençóis e haver “filas para tomar banho”. Quando deram pela presença de um jornalista, muitos quiseram denunciar a situação em que vivem. Foi o caso de Aissam Harroi, marroquino, que só pede “uma vida melhor” e que considera impossível uma convivência de 16 pessoas numa casa que só tem uma cozinha e uma casa de banho.

O CPR explica que presta atualmente acolhimento a mais de 950 requerentes de proteção internacional, entre os quais, cerca de 600, no âmbito da lei de asilo, QUE já estão sob a responsabilidade do Instituto da Segurança Social e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Tito Matos, vice-presidente desta associação de solidariedade social, reconhece que “perante o aumento de pedidos e os seus centros de acolhimento esgotados, o CPR viu-se confrontado com a necessidade de identificar rapidamente locais de alojamento externo”. Com o elevado preço da habitação, esta associação optou por “soluções de alojamento externo e coletivo em hostels e pensões, alguns deles com condições muito fracas mas que fizeram a diferença entre os requerentes pernoitarem num local abrigado ou na rua”.

Sobre a falta de máscaras e desinfetante Tito Matos afirma que o CPR “está a tentar resolver este problema juntamente com os seus parceiros”. Nesse sentido, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Lisboa. Mas reconhece que o CPR tem pressionado as autoridades para criar mais centros de acolhimento e informou que fez um pedido ao vereador da autarquia com a responsabilidade do pelouro dos Direitos Sociais e Habitação, Manuel Grilo, para cedência de um equipamento ao CPR para criar um novo centro de acolhimento.

Autarquia deixou cair alargamento de centro de acolhimento

A gestão desta crise pelo vereador eleito pelo Bloco de Esquerda tem sido objeto de várias críticas. Quando se descobriram cem refugiados contaminados num hostel em Arroios, Manuel Grilo afirmou num comunicado que o seu pelouro “não tinha conhecimento” apontando o dedo à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), ao Ministério da Administração Interna e ao SEF. Mas o CPR afirma que esta situação “era do conhecimento das várias entidades envolvidas no procedimento de asilo” e a presidente da Junta de Freguesia de Arroios recordou a denúncia do deputado municipal eleito pela lista Cidadãos por Lisboa, Miguel Graça, que, em 28 de abril, numa sessão da Assembleia Municipal, lembrou que entre as competências do pelouro está “o acolhimento e integração de migrantes e refugiados”. De acordo com várias associações, esta situação era já do conhecimento da autarquia em dezembro de 2019.

O mesmo deputado garantiu que o anterior executivo municipal tinha apresentado, em 2017, uma candidatura a um financiamento europeu para ampliar o Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados no Lumiar e que este teria sido aprovado com acesso a uma verba de um milhão de euros. Miguel Graça sustenta que “nada foi feito” e que agora “o dinheiro deve ser devolvido, uma vez que o centro não foi ampliado e as condições não melhoraram”.

O vereador Manuel Grilo explicou que as situações que têm vindo a ser noticiadas “dizem respeito a requerentes espontâneos de asilo, pessoas que chegaram pelos seus próprios meios a Portugal e aqui pedem asilo”. Nestes casos, explica o vereador, “existe por decisão do Estado Central, via SEF, uma única entidade que os pode acolher, o CPR”. Por isso, alega, “não tinha registo ou informação” sobre os requerentes de asilo espontâneos acolhidos por esta associação, “nem dos locais onde se encontram, assim como não a temos sobre pessoas refugiadas acolhidas por outras entidades”. Quanto às acusações de Miguel Graça sobre o desperdício de um milhão de euros para o alargamento do centro de acolhimento, situado no Lumiar, em Lisboa, afirma que o pelouro foi “impossibilitado de executar os fundos europeus” por ter a cedência “do direito de superfície do espaço por parte da Associação de Defesa das Forças Armadas” por um impasse entre o Ministério da Defesa e o das Finanças.

CULTURA



Cerca de 1500 trabalhadores da cultura encheram a praça do Rossio.

“Parados, nunca calados”. A cultura saiu à rua

Os trabalhadores da cultura saíram às ruas de todo o país para contestar a falta de apoios a um setor marcado pela precariedade e que sofre os efeitos devastadores da suspensão da atividade devido à pandemia. De Faro a Viana do Castelo, passando por Lisboa e Porto, entre outras cidades, o eco do protesto fez-se ouvir.

Em Lisboa, foram mais de 1500 os participantes que se juntaram na Praça do Rossio. “Parados, nunca Calados” serviu de mote à convocatória promovida pelo Manifesto em Defesa da Cultura e pelo Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos (Cena-STE). Alinhados e garantindo a distância de segurança, os manifestantes gritaram palavras de ordem como “Não tens graça, Fonseca”, numa referência à ministra da Cultura.

Os artistas em protesto assinalaram que aquilo que começou por serem “medidas de emergência são agora medidas de sobrevivência”, e exigem um verdadeiro fundo de emergência social que garanta de forma imediata a proteção destes profissionais, uma carreira regular e contributiva e o combate aos vínculos profissionais precários.

De acordo com a Lusa, o dirigente do Cena-STE Rui Galveias, que se mostrou “muito contente” com a adesão à manifestação, que chegou aos 1.600 manifestantes, afirmou que o setor precisa de uma legislação específica e uma garantia de proteção da segurança social, afirmando que “estatuto da intermitência” é “um rótulo perigoso”, e que os conteúdos é que interessam.

Outra exigência que continua em cima da mesa é 1% do Orçamento do Estado para a Cultura, disse o sindicalista, que considera que o Governo, com as medidas de apoio que vai anunciando, está a reagir à pressão do setor, e reage “à medida da forma como ‘colhem’ ou não ‘colhem’ as medidas que vai pondo cá fora”.

“Quando as medidas ‘colhem’ publicamente tem reflexos disso, quando não ‘colhem’ publicamente tenta outras que tentam aliviar a pressão que estamos a fazer. Sinto muito que as medidas que são postas cá fora não são para nós, são para o público. Vamos ver,

a partir de agora, se estamos a ser tidos em conta ou não, porque estamos prontos para continuar na rua”, assegurou Rui Galveias à Lusa.

Depois da reunião do Conselho Nacional da CGTP-IN n’A Voz do Operário, a secretária-geral da central sindical esteve presente em Lisboa junto dos trabalhadores da cultura e lamentou que o governo tenha optado “por medidas desequilibradas, que não garantem a subsistência dos trabalhadores neste setor”.

“É particularmente penoso e revoltante que não haja garantia de retribuição”, afirmou à Lusa lembrando que estes profissionais “estão muito pobres e estão a ter a necessidade de pedir para se alimentarem”, o que é “inaceitável”.

Quanto às medidas já anunciadas pelo Governo, Isabel Camarinha, que se tem associado à exigência de 1% do OE para a cultura, considera que “é muito pouco, muito insuficiente e não chega a todos, porque há muitos que não têm acesso a nada, a nenhum apoio, a nenhuma proteção social”.

O secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, e a deputada do Bloco de Esquerda Mariana Mortágua marcaram presença na manifestação para prestar solidariedade aos profissionais da cultura.

No início de março, começaram a ser adiados ou cancelados espetáculos na sequência das medidas de contingência definidas pelas autoridades para tentar travar a propagação da covid-19. Entretanto, estalou a polémica com a permissão de concentração de pessoas em espaços como transportes públicos e aviões ao contrário das salas de espetáculo.

Segundo um inquérito promovido pelo Cena-STE, e cujos resultados foram anunciados no início de abril, 98% dos trabalhadores de espetáculos viram trabalhos cancelados, dos quais um terço foi por mais de 30 dias. O inquérito, realizado já na segunda quinzena de março, no contexto de confinamento, em resposta à pandemia de covid-19, indicava ainda que 85% dos trabalhadores questionados são independentes e não têm qualquer proteção laboral.

PORTO

Represálias contra trabalhadores da Casa da Música

Tudo começou com um protesto de dezenas de trabalhadores precários da Casa da Música que decidiram convocar uma vigília silenciosa para protestar contra o “silêncio e a falta de resposta” da fundação que gere este equipamento cultural do Porto. Nesse mesmo dia, a Orquestra Barroca marcava a reabertura do espaço onde estiveram presentes mais de 170 espetadores. “Só fachada não faz casa” e “Precários da casa fazem milagres” eram alguns dos cartazes que o grupo envergava como forma de protesto.

Depois de terminada a vigília, 13 assistentes de sala receberam um e-mail da fundação a notificar a “dispensa”. Uma decisão inesperada, uma vez que estes trabalhadores já tinham horários escalados para o mês de junho. Aos assistentes de sala, juntam-se vários técnicos também com vínculos precários há vários anos e que se encontram sem trabalho atribuído. Além de assistentes de sala, no protesto estiveram também guias, técnicos e educadores da Casa da Música e da Fundação de Serralves. Num comunicado, os precários acusam ainda a Casa da Música de ter contratado um operador de câmara para filmar os participantes na vigília durante o concerto da Orquestra Barroca. “Não foi autorizado a filmar, mas fê-lo durante a vigília, onde se demorou a registar cada um dos participantes num vídeo a entregar depois aos responsáveis da instituição”, denunciam os precários da CdM. A mesma fonte da sala de espetáculos assevera que a instituição “esteve o dia todo a gravar a higienização e a reabertura”.

Já no dia 28 de abril, de acordo com o *AbrilAbril*, dezenas de trabalhadores da Casa da Música pediram à fundação que gere este equipamento cultural, através de um abaixo-assinado, que “cumpra compromissos” e “assuma” a sua “responsabilidade social”, considerando que as “soluções” propostas são “indignas”.

O documento surgiu dias depois de o PCP ter alertado para a situação “inaceitável” vivida pelos trabalhadores da Casa da Música. Os comunistas consideraram que “a situação excecional que se vive”, devido ao surto epidémico da covid-19, “não pode ser o pretexto para se atentar contra os direitos dos trabalhadores”, salientando que “a atual situação tem evidenciado um conjunto de problemas, nomeadamente a precariedade, a que estão sujeitos muitos trabalhadores do sector da Cultura”.

No total, foram 92 os signatários de uma carta enviada ao diretor-geral da Fundação Casa da Música, entre os quais 28 trabalhadores com contrato e 64 prestadores de serviços a recibos verde, nomeadamente assistentes de sala, guias, músicos, técnicos e formadores.

Transportes públicos



Os vírus no transporte público de passageiros, não coletivo

O tipo de transporte referido em título corresponde ao que até há uns anos era conhecido por táxi, mas que foi atacado por um vírus chamado UBER.

De forma ilegal, mas consentida, assistimos à sua propagação e, como é natural nos vírus, apareceram mutantes com designações diversas.

Para o alastrar da epidemia foram desenvolvidas campanhas apresentando o sistema como um fator de modernidade e de futuro, levando muitos dos que vieram a ser parte deste universo, a parte mais fraca, a endividarem-se adquirindo viaturas para poderem exercer a atividade.

O setor do táxi, sujeito a regras muito mais exigentes, com reflexos significativos nos custos de produção, começaram a ser abalados pela crise que este vírus introduziu.

Porém, os que vieram a ser designados por TVDE depressa começaram a ser atingidos pelos efeitos da atividade desregulada em que se envolveram.

Sujeitos à arbitrariedade dos donos das plataformas, começaram a conhecer o colete de forças em que estavam metidos.

O ter trabalho não depende deles, estão à mercê da “boa vontade” de quem dirige a sua distribuição.

Se é importante e simpático baixar os preços a cobrar aos clientes, a medida é tomada à custa dos seus rendimentos.

Como a procura é finita, a proliferação da oferta levou à redução das receitas geradas e, portanto, dos rendimentos médios no setor, donde o apertar do garrote financeiro de quem se endividou, além das dificuldades para o necessário à sobrevivência.

Atualmente, devido à pandemia que nos atinge (um novo vírus) quer táxis, quer TVDE, se encontram numa situação desesperada. Muitos carros parados, com rendimentos zero para os trabalhadores, sejam em viatura própria, seja em viatura de um patrão.

Apesar deste quadro e das responsabilidades políticas na situação criada no setor, convindo lembrar que quem permitiu e acabou por legalizar as ditas plataformas foi o PS, nas atividades que aparecem nas listas de setores a serem apoiados não aparecem os táxis nem os que laboram como TVDE. Faça votos que à publicação do jornal a situação se tenha alterado.

Rego Mendes

CGTP-IN



Conselho Nacional da CGTP-In esteve reunido n'A Voz do Operário no passado dia 4.

Semana de luta com início a 22 de junho

O Conselho Nacional da CGTP-IN reuniu n'A Voz do Operário e marcou uma semana de luta, com início no dia 22, que vai envolver ações de protesto nos locais de trabalho e na rua em defesa da saúde e dos direitos dos trabalhadores.

Para garantir o distanciamento os membros do Conselho Nacional da CGTP-IN, a central sindical decidiu reunir este órgão pela primeira vez desde o congresso no salão d'A Voz do Operário. Com 147 elementos, o órgão máximo entre congressos juntou-se nas instalações de uma associação que também escreveu uma parte importante da história do movimento operário em Portugal.

“Esta reunião devia ter sido realizada em fevereiro mas devido à pandemia e às medidas sanitárias não tivemos condições”, explicou a secretária-geral da CGTP-IN a este jornal. Isabel Camarinha destacou a importância da reunião no atual contexto: “É muito importante. Não só para continuar a linha daquilo que aprovámos no congresso como, tendo em conta a situação presente, para vermos quais são agora as necessidades e qual é a ação que vamos desenvolver no futuro próximo”.

Durante o dia, os membros do Conselho Nacional debateram a atual situação, sobretudo as medidas económicas e sociais que, de acordo com Isabel Camarinha, “causaram já um enorme prejuízo aos trabalhadores”. Com mais de 1 milhão e meio de trabalhadores com cortes salariais e mais 100 mil desempregados, só neste período, a CGTP-IN exige o fim deste modelo de “baixos salários e precariedade e desinvestimento nos serviços públicos”.

Para a secretária-geral desta central sindical, “o governo optou pelas grandes empresas e pelo grande capital” e recordou que a maioria dos trabalhadores em layoff pertence às maiores empresas. “Foram os trabalhadores que garantiram que o país continuasse a funcionar.

Defender saúde e direitos com luta

Nesse sentido, uma das conclusões da reunião foi a concretização de uma semana nacional de luta, entre os dias 22 e 26 de junho, com plenários, concentrações, marchas, greves

e tribunas públicas em todos os setores e regiões do país.

“O Conselho Nacional rejeitou a política de agravamento da exploração e empobrecimento, de cortes nos salários e atropelo dos direitos e assumiu o compromisso de levar a cabo uma ampla ação de esclarecimento, mobilização e luta, reforçando a unidade dos trabalhadores, a sua sindicalização e organização, dando mais força aos sindicatos, para garantir a valorização do trabalho e dos trabalhadores e respostas aos problemas do povo e do País”, afirmou no fim do encontro à agência Lusa Isabel Camarinha.

A semana de luta marcada é, assim, segundo a sindicalista, uma forma de “defender a saúde e os direitos dos trabalhadores, o emprego e os salários”.

Da reunião, considerou que se fez uma análise da atual situação político-sindical e “defendeu que têm de ser dadas respostas efetivas aos problemas dos trabalhadores”. “O Conselho Nacional considerou que as medidas que deverão ser hoje tomadas pelo governo têm que garantir a totalidade dos rendimentos dos trabalhadores, até para promover o consumo e a retoma económica”, sublinhou a secretária-geral da Intersindical. Os dirigentes sindicais reivindicaram ainda medidas que resolvam os principais problemas atualmente sentidos nos locais de trabalho, como a necessidade de transportes adequados, o respeito pelos horários e pelo direito a férias.

Foi também decidido que, no âmbito do 50.º aniversário da CGTP, a Interjovem realizará um piquenique em Lisboa no dia 4 de julho, sob o lema “50 anos de Juventude -- Contra a Precariedade e os Baixos Salários”, que será “um momento de partilha, convívio, reivindicação e luta pelo trabalho com direitos”.

Desta vez a reunião do CN não se realizou no auditório da sede da CGTP, como é habitual, e decorreu no salão da Voz do Operário para ser possível manter o distanciamento social entre os 147 elementos deste órgão.

No entanto, não estiveram presentes todos os elementos do Conselho Nacional por impossibilidades várias, nomeadamente os das regiões autónomas, tendo comparecido cerca de 80 sindicalistas.

ECONOMIA

O buraco sem fundo do Novo Banco em debate



Novo Banco já recebeu 11.263 milhões de euros do Estado

Depois de o Estado português ter injetado mais 850 milhões de euros na instituição financeira privada, o jornal espanhol *El Confidencial* noticiou que a norte-americana Lone Star, proprietária de 75% do capital social, estaria a sondar bancos de investimento para dar início ao processo de procura de um comprador. De acordo com a publicação, a decisão foi comunicada aos quase 200 trabalhadores da subsidiária espanhola pelo presidente do Novo Banco, António Ramalho.

Para além da polémica da distribuição de prémios aos administradores em plena crise pandémica, o banco

apresenta prejuízos de forma consecutiva desde 2014. A venda do Novo Banco constituiu para a Lone Star um investimento sem risco, permitindo-lhe receber um banco limpo de prejuízos, através de injeções de dinheiros públicos, e com um quadro de pessoal já bastante reduzido. Até agora, já recebeu 11 263 milhões de euros para se capitalizar. Mais de metade deste valor saiu dos cofres do Estado. Ou seja, dos bolsos dos portugueses.

O Novo Banco foi, aliás, tema de debate na Assembleia da República depois da falta de articulação entre o ministro das Finanças e o primeiro-ministro. De acordo com o *AbrilAbril*, o BE recordou os 6030 milhões de euros já investidos. Mariana Mortágua, a propósito da injeção de capital e do comportamento do governo, considerou não se tratar de uma falha de comunicação mas de “um problema político de enorme gravidade”, que pôs em causa a palavra de António Costa.

O PCP, por seu lado, lembrou que, em 16 de abril, questionado pelos comunistas sobre “se pretendia manter a transferência de 850 milhões de euros para o Novo Banco” o ministro das Finanças confirmou a realização da transferência porque “contratos são contratos”. Duarte Alves lembrou que os 850 milhões de euros agora injetados no Novo Banco se somam aos milhões já “entregues pelos portugueses, desde a fraudulenta resolução decidida pelo governo PSD/CDS, até à ruínosa privatização a custo zero, com garantias dadas pelo Estado”.

Segundo o *AbrilAbril*, deputado comunista contestou a constante sangria de “milhões de euros dos portugueses, para que o banco fique nas mãos de privados”, acabando, muito provavelmente, por ir parar ao “controlo espanhol”, sublinhando que “o Novo Banco não pode continuar a ser um buraco sem fundo, pago por todos os portugueses, sem se garantir o seu controlo público”.

TRABALHO

Trabalhadores da EDP conquistam avanços

“A luta traz sempre resultados”, anunciou numa nota a Fiequimetal, federação intersindical da CGTP-IN, onde estão organizados os trabalhadores da indústria elétrica. Depois de várias ações de protesto que assumiram diferentes formas, a administração da EDP aceitou a valorização dos salários mais baixos, com um aumento médio de cerca de 80 euros. Foi também aumentado o salário de admissão para 1000 euros, sem comprometer a evolução salarial da generalidade dos trabalhadores.

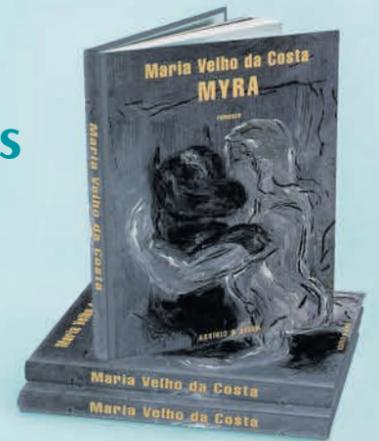
De acordo com a Fiequimetal, a “determinação e coerência foram decisivas para este resultado positivo” e considera que o acordo alcançado ‘tem uma expressão extremamente importante, não por ser globalmente um resultado de ‘excelência’, mas por alterar questões que eram intransponíveis, até agora”.

A pressão realizada pelos trabalhadores e os sindicatos permitiu inverter a tendência de desvalorização

dos salários nas bases remuneratórias mais baixas. Pela primeira vez, foi possível alcançar um acordo sem usar a percentagem como regra absoluta, isto é, a atualização salarial com base num valor em numerário passa a existir como meio de aproximação dos salários. Para além do alcance das medidas anunciadas, a Fiequimetal deu a conhecer que a administração da EDP aceitou ainda abrir um espaço de discussão ainda neste mês de junho para abordar outras matérias e sublinhou que vai continuar a bater-se por propostas sobre as carreiras profissionais, subsídio de disponibilidade, protocolo de TET (trabalhos em tensão), ajudas de custos, colónias de férias, subsídios de estudo e saúde.

Em maio, a EDP decidiu distribuir lucros pelos acionistas. A empresa anunciou ao regulador do mercado português que a assembleia geral aprovou a operação. No total a empresa liderada por António Mexia vai distribuir 694,7 milhões de euros.

A VOZ dos livros



Lembrar (e ler) Maria Velho da Costa

Maria de Fátima Bivar Velho da Costa, nasceu em Lisboa a 26 de Junho de 1938 e faleceu nesta mesma cidade a 24 de Maio de 2020.

Em 1969 publica *Maina Mendes*, reconhecido como um dos mais importantes e inovadores romances portugueses da 2ª. metade do Século XX.

Quando em Maio de 1971 «as mãos de 3 aranhas astuciosas» (Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa) iniciaram a escrita de *Novas Cartas Portuguesas*, tendo por matriz o texto *Cartas Portuguesas*, atribuído a Mariana Alcoforado, freira em Beja, a partir da excelente tradução de Eugénio de Andrade, estariam por certo longe de imaginar o torvelinho que a sua publicação, em 1972, pela Estúdios Cor, então dirigida por Natália Correia, iria provocar no país sisudo, amargo e triste de Salazar e Caetano.

A propalada *Primavera Marcelista* ficava, através da persecutória investida sobre um livro, posta a nu. O embuste não resistiu a um livro que falava da mulher, do seu corpo e da liberdade de o usar; do desejo, do prazer e do amor compartilhado. O livro, como era usual nestes tempos de bruma, foi retirado das livrarias 3 dias após o seu lançamento. O pretexto, segundo a omnipresente Pide, disfarçada de DGS, seria a de o conteúdo ser «insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública». Seguiram-se os processos-crime, as audiências e toda a parafernália de acções de cerco e ameaças que o poder fascista usava em casos que tais. *A Revolução de Abril* poria fim a mais este funesto atentado à cultura e à livre expressão das ideias.

Mais do que tematizar a libido, as complexas relações entre homem e mulher nas sociedades contemporâneas, as *Novas Cartas Portuguesas* denunciavam também a situação política do país, a guerra colonial, o poder judicial e suas manhas, a condição da mulher numa sociedade conservadora e fortemente padronizada pelo homem, a emigração, a falta de perspectivas para o futuro dos jovens.

No livro *Cravo*, numa prosa solar, libertária, de afirmação revolucionária, Maria Velho da Costa regressará a estes temas, incluindo nesse magnífico acervo da nossa memória colectiva, o Poema *Revolução e Mulher*, no qual define com clareza o papel e a igualdade da mulher numa sociedade livre: *Elas diziam tu às pessoas com estudos/ e aos outros homens/ Elas iam e não sabiam para onde, mas iam (...) Elas aprenderam a mexer nos livros de contas/ e nas alfaias das herdades abandonadas/ Elas dobraram em quatro um papel/ que levava dentro uma cruzinha laboriosa.*

Do acervo literário de Velho da Costa, convém reter (e ler ou reler), títulos como *Casas Pardas*, *Da Rosa Fixa*, *Lucialima* e esse incontornável *Missa In Albis*.

Domingos Lobo

VENEZUELA



Mercenários norte-americanos e desertores venezuelanos capturados em Chuao.

Venezuela derrota tentativa de invasão

Depois da operação militar fracassada que teria o objetivo de derrubar Nicolás Maduro, ninguém quis assumir a autoria intelectual da ação. Os homens que planejaram a operação na Venezuela dizem-se abandonados por Juan Guaidó. Oposição nega qualquer envolvimento.

O político venezuelano Juan José Rendón, chefe do Comitê de Estratégia do auto-proclamado Presidente interino Juan Guaidó, admitiu que assinou um contrato com um representante da empresa militar Silvercorp, Jordan Goudreau, a quem pagou 50 mil dólares (cerca de 44 mil euros), para realizar uma operação na Venezuela que terminasse com a detenção de vários membros do Governo. Do documento que foi tornado público pelo próprio Jordan Goudreau, Juan José Rendón afirmou que era “um acordo preliminar que não se concretizou” e nega a visível assinatura de Juan Guaidó, que, supostamente, não teria dado “luz verde” à operação.

O facto é que a operação se realizou e Jordan Goudreau, CEO da Silvercorp e rosto visível da “Operação Gideon”, que enalhou nas costas venezuelanas de La Guaira e Aragua no mês passado, reconheceu publicamente que nunca recebeu o montante acordado com a oposição da Venezuela. De acordo com a Associated Press, Goudreau afir-

mou que os seus operacionais decidiram avançar na mesma, apesar de terem sido praticamente enganados por Guaidó. O objetivo era capturar Maduro, confirmou.

De acordo com fontes venezuelanas, o anúncio a 26 de março de uma acusação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos de narcoterrorismo contra o presidente Nicolás Maduro com a oferta de uma recompensa de 15 milhões de dólares pela sua captura pode ter servido de motivação. Alegadamente enganados por Juan Guaidó, estes mercenários do século XXI, em conjunto com militares e polícias venezuelanos desertores, terão decidido avançar com a operação, uma vez que Washington transformou o sequestro de Nicolás Maduro num acto “legal”.

Num primeiro momento, Juan Guaidó e parte da oposição mais radical disseram que a operação falhada era uma encenação do Governo. Agora, exigem o respeito pelos direitos de todos os detidos e Donald Trump, que descartou qualquer envolvimento na operação,

anunciou que fará tudo ao seu alcance para repatriar os dois cidadãos norte-americanos capturados por pescadores e pelas forças militares venezuelanas.

Outras perguntas ainda sem resposta têm a ver com o envolvimento do Estado colombiano na operação. Tanto Jordan Goudreau como o ex-soldado Luke Alexander Denman, um dos dois norte-americanos capturados, assumiram aquilo que o Governo venezuelano vinha denunciado há alguns anos, o treino militar de centenas de homens com o objetivo de promover uma saída armada ao impasse institucional que existe na Venezuela, segundo a oposição.

Ouro venezuelano retido em Inglaterra

Em 2019, o Banco de Inglaterra reteve 31 toneladas de ouro que pertencem à Venezuela a pedido de Juan Guaidó, que se autoproclamou presidente interino do país, e foi reconhecido por Londres e outros Estados. Contudo, Nicolás Maduro, eleito presidente da Venezuela, foi

reconhecido por outros tantos países e acusa Guaidó de “roubar” parte das reservas de ouro do país.

O facto é que Juan Guaidó acaba de ser destituído da presidência da Assembleia Nacional venezuelana, cargo que o conduziu à autoproclamação da presidência interina, depois de parte da oposição ter decidido distanciar-se das suas posições mais radicais com acusações de corrupção pelo meio.

Esta quinta-feira, o presidente do Banco Central da Venezuela (BCV), Calixto Ortega, anunciou que foi alcançado um acordo com as Nações Unidas para destinar uma parte do ouro retido no Banco de Inglaterra, avaliado em mil milhões de dólares, à compra direta de medicamentos, alimentos e equipamento médico que permita combater a pandemia do coronavírus na Venezuela.

“Acordámos com o Programa das Nações Unidas (PNUD) que receberiam [as Nações Unidas] os fundos diretamente. Não é a minha palavra, não estou a dizer que vou comprar alimentos, medicamentos e equipamentos médicos. São as Nações Unidas que o dizem e que não se prestarão a nada de obscuro, nada que não seja neutro e independente”, sublinhou Ortega à Reuters.

No entanto, a autoridade monetária venezuelana especificou que se deve esperar uma decisão rápida num tribunal de Londres, onde o governo venezuelano processou o Banco de Inglaterra “por roubar 31 toneladas de ouro” sob a sua proteção. A primeira audiência para analisar esta situação está agendada para esta quinta-feira.

Estados Unidos ameaçam Irão por ajudar Venezuela

Petroleiros iranianos que chegaram à costa da Venezuela foram alertados durante a viagem contra uma possível operação naval norte-americana com o objetivo de impedir o abastecimento de petróleo do país sul-americano.

Em mais um episódio da já tensa relação entre o Irão e os Estados Unidos desde que a Casa Branca rompeu com o acordo estabelecido na era Obama, o ministro iraniano dos Negócios Estrangeiros avisou os Estados Unidos para não deslocarem embarcações da sua marinha de guerra para o Mar das Caraíbas onde petroleiros às ordens de Teerão tentavam entregar petróleo à Venezuela.

Numa carta dirigida ao secretário-geral da ONU, António Guterres, Mohamad Javad Zarif alertou para os “movimentos dos Estados Unidos para destacarem a sua marinha para o Mar das Caraíbas a fim de intervir e perturbar a transferência de petróleo do Irão para a Venezuela”.

EUA



Manifestações contra o racismo têm-se replicado por vários países.

COVID-19, desigualdades e racismo nos EUA (e também por cá)

João Pedro Ferreira, investigador

Os focos noticiosos têm estado centrados nos Estados Unidos da América pelos últimos dias. Nada que surpreenda quem conhece a sociedade americana. A atual situação não é o mero reflexo do agudizar de importantes disparidades de natureza económica e social que têm empurrado muitos sectores da população americana para situações de pobreza extrema e desespero. Nos últimos dias porém sucederam-se episódios que tornaram inevitável a agitação e o grito de revolta por uma mudança.

Em primeiro lugar, apesar de ser um dos países do mundo com maior Produto Interno Bruto per capita, a situação em termos de prestação de serviços públicos não reflete isso. Pelo contrário. Por exemplo, a saúde está totalmente assente na lógica privada. Como consequência, perante a ameaça de pandemia, as entidades públicas revelaram, em geral, uma total incapacidade de dar resposta de forma coordenada e universal. Isto deixou a vida de grande parte dos americanos entregues a si mesmos (entenda-se, à sua capacidade financeira). Para se ter uma ideia, há cerca de dois meses um

órgão de comunicação social americano noticiava que um doente cujo tratamento de um caso de COVID-19 que implicasse internamento teria de pagar em média qualquer coisa como 37.500 dólares (33 mil euros). Isso mesmo. Esta é a primeira falha gigante de um sistema que muitos teimam em tentar replicar em Portugal.

A par disto, as medidas sanitárias adoptadas no decorrer da crise do COVID-19 fizeram o desemprego disparar no ritmo mais elevado desde que há registo. Assim, em oito semanas, 40 milhões de pessoas ficaram desempregadas. Isto é 10 vezes mais que o número de desempregados que existia do início de 2020. A agravar tudo isto, em geral estes trabalhadores não têm acesso a qualquer apoio enquanto estão desempregados. Ora, isto veio limitar ainda mais o acesso de pessoas aos dispendiosos tratamentos de saúde, num quadro de pandemia, agravando uma realidade já de si dramática. Por isso é sem surpresa que estudos têm concluído que o COVID-19 afectará muito mais, em termos relativos, a população pobre e marginalizada. Este é um dos custos de ter o lucro como objectivo primordial.

Foi então no quadro desta situação social, já por si devastadora, que acon-

tecem três episódios que não podem ser considerados de forma isolada. Primeiro, no dia 23 de Fevereiro, Ahmaud Arbery é “perseguido como um animal e morto” - nas palavras da sua mãe - enquanto faz jogging no seu bairro da cidade de Brunswick, Geórgia, por um pai e um filho declaradamente racistas. Depois, acontece o caso Amy vs. Christian Cooper em Central Park, Nova Iorque. Neste caso, uma mulher faz uso da sua condição de branca para ligar para a polícia a descrever “que estava a ser ameaçada por um afro-americano” quando não é nada disso que se vê nas imagens da gravação. Para a sociedade americana este episódio foi mais um de exemplo de racismo estrutural em que alguém sabe que vai ser beneficiado por ter determinada cor de pele. Por fim, no dia 25 de Maio, George Floyd, um cidadão negro, é morto, barbaramente, numa intervenção policial em que ele não oferece qualquer tipo de resistência. Os seus gritos de dor e desespero enquanto chama pela sua mãe e o ar lhe falta ecoaram como mais um exemplo de brutalidade policial.

O momento atual não é caracterizado só pelo COVID ou por estes três casos relatados. Muito menos está apenas em causa a morte de George Floyd. Está

em causa uma sociedade que gera lucros como nenhuma outra, à custa daquilo que retira a uma maioria de trabalhadores pobres e marginalizados, gerando desigualdades gritantes. Dito de outra forma, a compensação que é dada a estes trabalhadores negros, latinos, brancos, asiáticos é um salário miserável, a ausência total de um Estado que os defenda em condições de fragilidade e de doença e ainda o bastão policial que persegue alguns deles de forma discriminada. Em suma, é neste contexto, em que são necessários cada vez mais pobres americanos para sustentar cada multimilionário, que se criou o caldo para que milhões de americanos saíssem para a rua em protesto. O momento atual americano mostra-nos quão discriminatória e injusta é uma sociedade que defende unicamente o lucro e que nega valores universais como solidariedade e justiça social, em nome da prevalência do direito de propriedade de um punhado cada vez menor de multimilionários.

No entanto, importa sublinhar que seria um erro pensar que discriminação, desigualdade e racismo são exclusivos da sociedade americana. A sociedade americana neoliberal representa em larga medida aquilo que muitas forças políticas, de forma mais ou menos encapotada, pretendem implementar em Portugal. De facto, do ponto de vista económico e social, a privatização dos serviços de saúde e a falta de apoios sociais podem agravar-se significativamente por via de uma União Europeia que insiste em ser motor de concentração de riqueza através da sistemática imposição de austeridade nos povos do Sul. Por outro lado, mesmo do ponto de vista racial, os atos hediondos contra Floyd e Arbery têm paralelo em Portugal nos casos de Cláudia Simões e Alcindo Monteiro. Pior do que isso. Alguém de nós sabe o nome do cidadão ucraniano alegadamente morto pelos agentes do SEF? Gritámos por esse nome? Além destes casos mais graves podíamos olhar para as milhares de denúncias racistas que em geral caem em saco roto. De facto, ninguém pode afirmar de ânimo leve que estamos melhor que os EUA quando nos últimos 10 anos, em Portugal, nenhum polícia foi condenado por racismo pelas entidades competentes apesar das inúmeras queixas.

Então qual é a solução? Façamos do mal que vemos nos outros, o momento para reflectir sobre os problemas que também temos. Isso será o contributo inestimável para corrigirmos as injustiças da nossa sociedade. Em muitos casos, somos rápidos e astutos, quer individual quer colectivamente, a identificar os erros nos outros. É então o momento de reconhecer o mal que existe em nós próprios. E de nos unirmos para fazer do nosso futuro um lugar melhor para se viver.

LITERATURA



A escritora Maria Velho da Costa morreu em 23 de maio aos 81 anos.

Por que escrevemos

Maria Lis

Escrevemos para registar uma ideia, para guardar um feito, para ilustrar uma história, para provar uma hipótese. Escrevemos sobre alguém para criticar, escrevemos porque, enquanto pessoas, somos inevitáveis colecionadores de pensamentos e somos simultaneamente desafiadores dialéticos dos nossos semelhantes. Tudo isto, uma inútil nota introdutória para chegar à primeira coisa sobre a qual realmente pensei: muitas vezes escrevemos sobre alguém quando morre o seu corpo. Escrevemos fervorosamente fazendo uso de todas as desculpas antes enumeradas (e tantas outras) e escrevemos sobretudo numa tentativa de luta contra o esquecimento, por motivos que consideramos ora *bons*, ora *maus*.

Queria que escrever sobre a Maria Velho da Costa fosse tudo menos escrever sobre a sua morte, e tampouco

sobre tudo o que sobre ela tem sido dito. Proponho que não falemos sobre a sua participação nas *Novas Cartas Portuguesas* e que passemos ao lado de todos os prémios e condecorações. Proponho que não nos demoremos na sua colaboração na escrita de argumentos incontornáveis do cinema português, como o *Paixão* realizado por Margarida Gil, o *Veredase Silvestre*, ambos realizados por João César Monteiro, ou *A Rapariga da Mão Morta* e o *Tempo Passa*, realizados por Alberto Seixas Santos. Proponho que passemos ao lado da enumeração dos títulos das suas 19 obras publicadas – por mais tentador que seja exaltar a coragem de quem durante a sua vida empreende a escrita de dezanove livros.

Prefiro atribuir a estas letras, a estas linhas, aparências de tridimensionalidade que mais se assemelhem a uma caixa do tesouro, para saber que há um lugar concreto no mundo onde se guardaram algumas ideias que gostava que nunca de cá desaparecessem, um exercício

para nos *desobrigar a memória*. Maria Velho da Costa entenderia este exercício porque ela mesma o sugeriu quando numa entrevista (que deu em 2013) disse que mantinha há vários anos a escrita assídua de um diário, na esperança dessa mesma desobrigação.

Assim, começo por guardar nessa caixa a descrição da dura caminhada de *Myra*, quando Maria nos diz: “(...) marcha, marcha contra a neve, por vales e ventos, e se a neve te soterrar, paciência, há sempre alguém que apanha os teus pertences e continua. Um samovar, um ícone, um cão. Marcha, Myra, um pé atrás do outro, não penses. Voa. Um pé atrás do outro. Como reses que ninguém abate. Nem mortas.”. Guardo-a como figura de alento para os dias difíceis.

Também guardo as primeiras palavras de *Cravo*, quando diz Maria que “não escreveria para ser entendida. Há para isso os correios, os telégrafos e até falar” – para lembrar que a necessidade insuperável de entendimento não pode afigurar-se a uma tesoura de poda, que corta as asas das nossas ideias mais disformes e nuas de sentidos partilháveis. E tomo a liberdade de agrafar a esta frase uma outra, do livro de contos *Lugar Comum*, em que Maria acrescenta que “(...) de certo modo o livro é um acto lúdico contra vários horrores. Um acto de riso.”, por entender que enquanto formos humanos capazes de nos rirmos perante os horrores (também através da leitura e da escrita de um livro), conseguiremos manter-nos sãos.

E guardo finalmente um dito do *Casas Pardas*, quando Maria nos sossega a inquietude dizendo que “(...) isto volta sempre ao mesmo por mais que a terra trema.”. Desconheço o sentido absoluto que para a autora se afigurasse o *mesmo*, mas que nesta caixa do tesouro ele possa significar o regresso inevitável das pessoas ao seu *estado prometido*, e ao pleno desenvolvimento dos seus motivos interiores, de si para consigo, e desde *si* até aos *outros*.

Obrigada Maria Velho da Costa por esta caixa da qual tentaremos ser fiéis depositários, agora, na ausência do teu corpo. E obrigada pelo tesouro em bruto que nos deixaste como mapa para uma intensa e longa aventura, em tudo o que corajosamente escreveste.

Sugestões culturais

Jardim de Outono
Dulce María Loynaz



Ed. Flanêur. “A presente antologia, que integra a quase totalidade de *Poemas sin nombre* (1953) e parte de *Melancolia de otoño* (1997), compila produção bastante para que da obra da poeta cubana Dulce María Loynaz se construa uma noção razoavelmente inteira (...). A baliza aqui colocada fixa duas súmulas produtivas fundamentais – a do princípio e a do fim do trajecto poético.” (Manuel Alberto Vieira no Prefácio à obra).

Ciclo: 25x Buñuel - 2ª Fase
Cinema Nimas



O Cinema Medeia Nimas reabre dia 10 de Junho e marca o seu regresso com a segunda fase do ciclo de cinema dedicado ao cineasta Luis Buñuel. Depois dos filmes (sobretudo) “mexicanos”, destacam-se agora as obras do regresso à Europa, no seu encontro decisivo com o escritor e argumentista Jean-Claude Carrière. O ciclo é composta por 10 filmes, 8 deles cópias restauradas - um em 4K! Para ver a partir de 11 de Junho.

“o mar é a nossa terra”
Garagem sul CCB



Esta exposição apresenta as condições que existem entre terra e mar, sob a perspectiva da arquitetura, do ordenamento do território e da construção da paisagem. Tendo como ponto de partida a praia da Figueira da Foz, percorre-se um conjunto de experiências de desenho de linhas de costa e da sua relação com o oceano. Para os mais novos, há um conjunto de desafios e quebra-cabeças.

História Ilustrada do Rock
Luis Demano e Susana Monteagudo



O rock não nasceu de um dia para o outro. Nem ninguém o inventou. Cresceu e ganhou ritmo com as emoções do blues, o experimentalismo do jazz, os sonhos do country e do rhythm and blues. Este álbum de grande formato convida a passear pela história de um estilo musical que marca gerações, passando por bandas icónicas, sons revolucionários, mulheres da pesada. Da Orfeu Mini.

O sindicalista Joaquim Cardoso na difusão do Marxismo

Luís Carvalho, investigador

Joaquim Cardoso nasceu, em 1884, em Torres do Mondego, uma aldeia à beira rio no concelho de Coimbra. Seguiu o ofício do pai, como carpinteiro. E jovem foi viver para Lisboa. Militante republicano no tempo da monarquia, participou na revolução de 5 de Outubro de 1910. Tornou-se depois um dos mais destacados sindicalistas portugueses no período da 1ª República, como secretário-geral da federação nacional de operários da construção civil. Nessa função se viu confrontado com as contradições de classe do novo regime, às mãos do qual por várias vezes foi preso político.

Livraria Renascença

Joaquim Cardoso salientou-se por ter sido um dos principais fundadores do jornal diário *A Batalha* e da Federação Maximalista Portuguesa (em 1919), do Partido Comunista Português (em 1921) e da Associação dos Inquilinos Lisbonenses (em 1924). Em 1922, este operário autodidata estabeleceu-se por conta própria, fundando a livraria editora Renascença. E como editor veio a dar um importante contributo à difusão do marxismo em Portugal.

Lénine

Em 1929, já em plena ditadura militar, Joaquim Cardoso dá a cara pela primeira edição portuguesa de *O Imperialismo*, de Lénine. Foi uma edição em três fascículos e com o autor disfarçado como “V. Ilitch”. Seguir-se-ão, em 1930, mais duas obras de Lénine: *O Marxismo* (1ª edição) e *O Estado e a Revolução* (2ª edição portuguesa). Integradas numa coleção intitulada “Biblioteca Cosmopolita”, estas edições de Lénine incluíam um conjunto de anotações explicativas de conceitos, muito provavelmente coligidas pelo próprio Joaquim Cardoso.

Marxismo

Numa dessas anotações, o Marxismo é apresentado como “método” para estudar os “fenómenos sociais” e como “conjunto de certas teorias” obtidas pela aplicação desse método. Considera-se que “as teorias mais importantes de Marx são: a teoria do materialismo histórico ou concepção materialista da história [...], a teoria do valor e do sobrevalor (mais valia); e a teoria da luta de classes”. E que “destas três teorias, a primeira é a fundamental: afirma que, em todas as épocas da história, as instituições morais, intelectuais e sociais tiveram a sua base nos sistemas de produção e de troca então dominantes”.

Preso político

Não temos informações suficientes que nos permitam ajuizar qual foi o impacto destes livros em 1929/30. Mas não passaram despercebidos, pois em 1931 foram apreendidos pela polícia e foi então que em Portu-



Joaquim Cardoso (fotografia: Torre do Tombo - Arquivo PIDE/DGS)

gal se tornou “vedada a publicação de livros contendo qualquer doutrina socialista”.

Em 1933, Joaquim Cardoso foi alvo de novas apreensões em plena feira do livro de Lisboa. E, em 1935, voltou a ser preso político, acusado de estar envolvido na produção de propaganda clandestina. Esteve encarcerado no Aljube e no Forte de Peniche.

O Processo Histórico

Em 1946, Joaquim Cardoso publicou *O Processo Histórico*, do professor cubano Juan Clemente Zamora. Meio disfarçado pelo título e pelas funções académicas do autor, este livro apresenta de forma didática uma visão marxista da história.

Perguntámos pelo seu impacto a alguns militantes do MUD Juvenil e do PCP na década de 1950.

Domingos Abrantes relata que “foi livro de cabeceira de muitos antifascistas e em particular de comunistas”. E acrescenta que “teve importância acrescida pelo fato de ser acessível a sectores sociais que tinham uma grande ânsia de saber mas que não dominavam por exemplo o francês, a língua em que eram editados a maioria dos livros marxistas que circulavam”.

Carlos Brito conta que *O Processo Histórico* “desempenhou um importante papel divulgador” entre estudantes do MUD Juvenil, precisando que este livro foi o seu “encontro com o marxismo” e que “durante algum tempo, sempre que precisava abordar os conceitos de ‘modo de produção’, ‘forças produtivas’, ‘relações de produção’, era lá que ia espreitar, até conhecer os próprios textos de Marx”.

António Borges Coelho confirma que este livro foi

então “lido e apreciado” entre militantes de ambas as organizações.

Em Moçambique

A influência desta edição de Joaquim Cardoso ainda se fez sentir em Moçambique no início dos anos 70.

Segundo nos conta Carlos Lopes Pereira, então estudante na Universidade de Lourenço Marques (ULM) e dirigente da Associação Académica de Moçambique (AAM), foi a partir da versão de *O Processo Histórico* publicada por Joaquim Cardoso que a AAM fez, em 1972, uma nova edição em fascículos, a qual “distribuiu amplamente” entre estudantes daquela universidade. Lopes Pereira acrescenta que foi para si e outros dirigentes da AAM “uma das obras de referência, de iniciação ao marxismo-leninismo”, que os ajudou “a compreender melhor não só o contexto” em que lutavam, “o Moçambique colonial-fascista, como também a evolução geral das sociedades ao longo da história”.

Outro estudante da ULM, Fernando Jorge Cardoso, mais tarde assessor económico do governo de Samora Machel, refere-nos que *O Processo Histórico* “teve influência nos membros da Universidade que permaneceram em Moçambique no pós-independência e ajudaram como puderam na construção de um novo país”.

A Voz do Operário

Joaquim Cardoso faleceu em 1969. Era associado de *A Voz do Operário*. E colaborou pontualmente neste jornal, com um texto de homenagem ao jornalista democrata Rocha Martins.